

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO – CSE  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**HOMOSSEXUAIS FEMININAS: A LUTA PELA CONQUISTA DE DIREITOS E A  
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO**

**MARCIA INY DE SOUZA BROCARDO**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 22/3/07

  
Rosana Maria Gaio  
Depto de Serviço Social / CSE

Florianópolis – SC

2006/2

**MARCIA INY DE SOUZA BROCARDO**

**HOMOSSEXUAIS FEMININAS: A LUTA PELA CONQUISTA DE DIREITOS E A  
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof.<sup>a</sup>, Teresa Kleba Lisboa, Dra.

**Florianópolis – SC**

**2006/2**

**MARCIA INY DE SOUZA BROCARDO**

**HOMOSSEXUAIS FEMININAS: A LUTA PELA CONQUISTA DE DIREITOS E A  
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social e aprovado atendendo às normas da lei vigente na Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Teresa Kleba Lisboa, Dra.

Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Cláudia Voigt Espínola, Dra.

1<sup>a</sup> Examinadora

---

Mariângela Pimentel Pincelle, Dra.

2<sup>a</sup> Examinadora

**Florianópolis – SC**

**Março, 2006/2**

## EPIGRAFE

### GRATIDÃO

Depois de tanto tempo  
Eu continuo de pé  
Depois de tanto tempo  
Me voltou a fé  
Que eu tinha perdido em mim  
Eu sei que é difícil  
Não é tão simples assim  
Eu não conseguia respirar  
Parecia o meu fim  
Eu ia me afogar

Sozinho eu não ia conseguir  
Você mostrou o caminho  
Por onde dava pra ir  
Me ajudou a levantar  
Depois de eu cair

Tem dias que parece  
Conspiração  
Portas se fecham  
E todos dizem não  
E nada faz passar a dor  
De se sentir só  
Só mais um perdedor

Sozinho  
Eu não ia conseguir  
Você mostrou o caminho  
Por onde dava pra ir  
Me ajudou a levantar  
Depois de eu cair

Às vezes acho que é perseguição  
Não ter nada  
Vivendo em solidão  
Por isso fiz essa canção  
Parece bobagem  
Mas é gratidão

(Dinho Ouro Preto/ Alvin L./Yves Passarell – Capital Inicial)

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, à minha família e em especial a duas pessoas: primeiro à minha querida mãe que sempre esteve junto comigo no desenvolvimento deste trabalho, que sofreu comigo as angústias das desistências, e que sem ela, já dizia Renato Russo: “eu nada seria”. Mãe eu te amo! Em segundo ao meu tio, que me ofereceu a oportunidade de estudar e de conhecer o mundo acadêmico.

Ao meu pai, que mesmo ausente, fisicamente, me ensinou a sorrir nos momentos de tristeza, me ensinou a sonhar nos momentos de realidade cruel.

Agradeço a meu amado amigo Júnior Portella que sempre me acompanhou desde criança em todos os momentos bons e ruins desta vida, por agüentar minhas lástimas, por me tirar do sufoco muitas vezes e me levar para a distração, e que apesar da distância nunca permitiu que perdêssemos o contato. Junior te adoro!

Aos meus amigos, Ana, Andréia, Daiana e ao Nelson, que estavam presentes, mesmo nos momentos difíceis, comigo no decorrer do trabalho.

Aos meus colegas da UTI do Hospital Nereu Ramos: Hilário, “Beta”, Cris, Almir, Fernanda, Kátia, Marizete, Sonciarai, Dani, Dr<sup>a</sup> Mariângela, enfim a todos que trabalham comigo e que juntos me ajudaram a concretizar este trabalho de alguma forma.

Ao Maicon que foi apresentado a mim, pela professora orientadora deste trabalho, e que desde o início se disponibilizou a me ajudar na construção do mesmo.

Ao Rodrigo, que trazia a temática para sala de aula e me impulsionou a realizar este trabalho.

Às pessoas entrevistadas, as quais me comprometi a não revelar os nomes, mas que mostraram que a luta para ser feliz é válida.

À minha orientadora, Professora Teresa Kleba Lisboa, que teve muita paciência comigo, com meus “problemas”, que me motivou para o término deste trabalho, obrigada pela compreensão.

À querida Tânia, que me ajudou na organização deste trabalho e que através da reunião com amigos para curtirmos e conhecermos o Capital Inicial juntas, firmamos uma amizade, obrigada pela paciência.

Enfim a todos aqueles que de alguma forma contribuíram com minha formação e que infelizmente não é possível listar isoladamente, contudo, saibam que são todos muito importantes neste percurso.

## RESUMO

O tema deste Trabalho de Conclusão de Curso compreende as homossexuais femininas e os dilemas sociais enfrentados pelas mesmas, quando da decisão de assumir sua orientação sexual. Apesar das conquistas já alcançadas pela comunidade homossexual, as homossexuais femininas ainda sofrem com o preconceito e a discriminação, que é mais intenso no caso delas pelo fato de, além de serem homossexuais, também são mulheres, enfrentando, portanto, uma dupla recusa social. Por apresentarem diferenças de gênero em relação aos homossexuais masculinos, o lesbianismo, ao longo da história, foi frequentemente ignorado pelas legislações. O objetivo desta pesquisa consiste em analisar a construção da identidade de gênero, a partir das falas de homossexuais femininas, residentes em Florianópolis. Justifica-se o estudo com base no ineditismo desta pesquisa, uma vez que as especificidades da homossexualidade feminina poucas vezes tornam-se objeto de estudo. A metodologia adotada é a pesquisa exploratória e qualitativa, que contou com uma etapa inicial de pesquisa bibliográfica, por meio da qual se pretendeu obter as informações necessárias para fundamentar a realização da segunda etapa da pesquisa, qual seja, a pesquisa de campo. Nessa segunda etapa deu-se a coleta de dados com aplicação de questionário e análise das respostas obtidas junto aos cinco sujeitos investigados. Por intermédio da realização deste estudo pode-se perceber as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia pelas homossexuais, em seus grupos familiares, ambiente de trabalho e sociedade em geral. Evidenciou-se também a importância das diferentes formas de organização social na busca pela concretização de direitos e a forma como o Assistente Social pode interferir na questão social da homossexualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** discriminação; homossexualidade feminina; identidade sexual; orientação sexual.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida
DST	Doença Sexualmente Transmissível
GAPA	Grupo de Apoio e Prevenção a Aids
GIV	Grupo de Incentivo à Vida
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GLBTS	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Simpatizantes
GLBTTS	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Simpatizantes
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLT	Gays, Lésbicas e Travestis.
INOVA	Associação de Famílias GLTTB
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não Governamentais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA</b> .....	13
1.1 Da Grécia Antiga aos tempos atuais: perspectivas históricas .....	13
1.2 Lutas e conquistas: direitos alcançados .....	20
1.3 As paradas gays: despertando maior consciência social.....	35
<b>2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DAS HOMOSSEXUAIS FEMININAS</b> .....	41
2.1 Assumindo sua identidade de gênero: um percurso sinuoso.....	41
2.2 Relações das entrevistadas com a família, amigos e sociedade .....	48
2.3 Aceitação ao diferente: “amor e preconceito” .....	56
2.4 Homossexualidade feminina: uma das expressões da questão social. ....	62
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	70
<b>ANEXO</b> .....	72

## INTRODUÇÃO

A homossexualidade feminina é uma forma de identidade sexual que se torna cada vez mais evidente em meio à sociedade. Os movimentos sociais da comunidade gay têm procurado focar essa questão, trazendo ao conhecimento da sociedade a existência do grande número de pessoas homossexuais, sejam masculinas ou femininas, com a finalidade de integrar tais indivíduos à convivência social.

Todavia, a homossexualidade ainda é entendida como algo que foge de um padrão sexual determinado culturalmente – a heterossexualidade. Em virtude disso, freqüentemente as homossexuais femininas terminam por ser vítimas de ações discriminatórias e preconceituosas por parte da família, amigos, ambiente de trabalho e da sociedade em geral.

Cada vez mais a homossexualidade feminina tem despertado a curiosidade por parte da sociedade. Independente da aceitação ou não, a transformação do mundo é rápida, conceitos acerca das relações humanas são renovados e reinventados, buscando sempre a felicidade e fazendo com que as pessoas sejam conduzidas à liberdade de optarem por viver uma vida sem exclusões. Porém, essas pessoas têm convivido com situações às quais esboçam reações muitas vezes discriminatórias, em consequência da má informação, da homofobia e do preconceito.

Tendo por base essa realidade cultural, que trata a homossexual feminina como alguém que fez uma escolha errada em sua vida, em termos de orientação sexual, este trabalho tem como objetivo analisar a construção da identidade de gênero, a partir das falas de homossexuais femininas, residentes em Florianópolis.

A problemática para esse estudo dá-se no momento em que as mulheres, já muito discriminadas e sempre deixadas em segundo plano, assumem-se como homossexuais sofrendo discriminação dupla, e ainda sendo “taxadas” por mexerem com o imaginário masculino.

Além disso, considera-se o fato de o lesbianismo ser menos estudado do que a homossexualidade masculina. Macrae (1990. p. 243) sustenta que um dos principais comprovantes da forma diferente como são concebidas as homossexualidades dos dois gêneros é o fato do “lesbianismo geralmente ter ficado a saldo das sanções jurídicas, sendo freqüentemente ignorado pelas legislações”.

O estudo se justifica com base no ineditismo desta pesquisa, na Universidade Federal de Santa Catarina, uma vez que a homossexualidade masculina é tema abordado e

discutido com frequência, mas as especificidades da homossexualidade feminina poucas vezes se tornam objeto de estudo.

Além disso, a pesquisa é relevante em virtude da necessidade de o futuro profissional do Serviço Social aprender a reconhecer as diversas situações que passam despercebidas no cotidiano, como as que se relacionam com a discriminação e o preconceito de que as homossexuais femininas são vítimas. Por meio do curso de graduação em Serviço Social, os acadêmicos são instigados a reconhecer situações que possam desencadear reações, muitas vezes, desagradáveis.

A metodologia adotada no estudo teve por base a realização de uma pesquisa bibliográfica, em busca de material que abordasse a questão social da homossexualidade feminina. Tendo em vista a escassez de material específico, recorreu-se basicamente aos conceitos encontrados em bibliografias que tratavam da homossexualidade masculina.

A finalidade da etapa da pesquisa bibliográfica consistiu em oferecer o arcabouço teórico para fundamentar a realização da segunda etapa da pesquisa, qual seja, a pesquisa de campo. Dessa forma, foi desenvolvido um questionário que foi aplicado junto as homossexuais femininas, contendo questões abertas e fechadas.

Em virtude do número significativo de homossexuais femininas existentes em Florianópolis e considerando que muitas delas nem assumem sua orientação sexual, para evitar que sejam prejudicadas em sua vida pessoal e profissional, tornou-se inviável a investigação de toda a população, formada, nesse caso, por todas as homossexuais femininas residentes em Florianópolis.

Dessa forma, recorreu-se à técnica de amostragem para delimitar os sujeitos a serem investigados. Uma vez que não se têm números acerca do total de homossexuais femininas, residentes em Florianópolis, não foi possível a realização de um cálculo estatístico e, portanto, fez-se uso da amostragem por acessibilidade. De acordo com Gil (1994, p. 97), esse tipo de amostragem é destituído de rigor estatístico e “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma representar o universo”. Esse tipo de amostragem é adequado aos estudos de cunho qualitativo, como é o caso deste, por não requerer elevado nível de precisão.

Na escolha da amostragem, vários obstáculos se fizeram presentes. Para encontrar pessoas que se dispusessem a participar da entrevista deu-se o envio de e-mails para instituições que abordavam o tema homossexualidade, além do contato estabelecido pela pesquisadora com conhecidos que poderiam indicar outras pessoas para a entrevista.

Inicialmente, efetuou-se o agendamento de diversas entrevistas por meio de contatos telefônicos com várias pessoas, sendo que algumas delas, posteriormente, desistiram de participar do estudo. Os contatos telefônicos foram realizados com quinze pessoas, mas houve várias desistências associadas a diferentes explicações para a não aceitação da entrevista, inclusive, aproveitando-se da ocasião, uma pessoa que foi contatada pediu que fosse enviado material para tomar conhecimento prévio das questões. Ao fim, restaram cinco sujeitos que aceitaram participar da pesquisa. Desse total, três receberam a pesquisadora na própria residência, para a realização da entrevista, uma foi entrevistada no Centro de Florianópolis e a outra concordou somente em responder ao questionário por e-mail.

Além da dificuldade para encontrar sujeitos dispostos a participar da pesquisa, vieram à tona também os medos da própria pesquisadora, que, apesar de já ter contato com boates GLBTTS (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Simpatizantes)<sup>1</sup>, deparou-se com o medo de não saber como começar uma conversa, medo de agredir verbalmente o sujeito entrevistado, medo inclusive de deparar-se com situações inusitadas. Como exemplo, pode-se citar que em um dos telefonemas realizados o sujeito da entrevista pede que a entrevistadora envie uma foto, sua, de corpo inteiro, porque “a fila anda!”. Também podem ser citados como obstáculos à concretização da pesquisa os vários “nãos” obtidos junto aos contatos realizados e a dificuldade em encontrar horário disponível e compatível com o das pessoas contatadas.

Uma vez realizadas as entrevistas, deu-se início a análise das mesmas, as quais foram transcritas, sendo que a análise propriamente dita realizou-se de acordo com os temas do segundo capítulo do trabalho. Dessa forma, as citações tornaram-se prolongadas pelo fato de se aproveitar as falas dos sujeitos.

Ressalte-se ainda que a pesquisa tem finalidade exploratória, a qual, segundo Gil (1999, p. 43), tem como principal objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias”, visando a “formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

No intento de facilitar a compreensão do presente estudo, o mesmo foi estruturado em dois capítulos de desenvolvimento. No primeiro deles, apresenta-se um breve histórico da homossexualidade, desde a Grécia antiga até a atualidade. Além disso, enfoca-se o processo de lutas desenvolvidas pelas homossexuais femininas, juntamente com o movimento feminista, bem como as conquistas alcançadas em termos de direitos. O capítulo é finalizado

---

<sup>1</sup> Inclue-se na sigla GLBTT o “S” como simbolizando o termo simpatizantes, pois nas visitas encontraram-se diversas pessoas que se intitulam simpatizantes.

com a importância social das paradas gays, que fortalecem o movimento homossexual, despertando a consciência social da população em geral.

O segundo capítulo aborda especificamente a homossexualidade feminina e foi desenvolvido, em sua maior parte, com base na análise dos dados coletados por meio das entrevistas. Atribui-se destaque às dificuldades ligadas ao processo de assumir a identidade de gênero, às relações que a homossexual feminina estabelece com a família, os amigos e a sociedade, antes e depois de assumir sua sexualidade, o preconceito que as mesmas enfrentam e a expressão da questão social da homossexualidade feminina enquanto objeto de estudo do Serviço Social.

## 1 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA HOMOSSEXUALIDADE FEMININA

No presente capítulo são examinados diversos aspectos relevantes, relacionados à forma como a homossexualidade é abordada ao longo da história em algumas culturas. Na seqüência, trata-se das lutas estabelecidas pela comunidade homossexual feminina e os direitos que já foram alcançados até o presente, tendo por base a legislação pátria e internacional. Enfoca-se ainda a influência dos movimentos sociais homossexuais, como as paradas gays, nessa luta pela aceitação social e a eliminação das formas de preconceito.

### 1.1 Da Grécia Antiga aos tempos atuais: perspectivas históricas

A palavra homossexual, etimologicamente, é formada pelos vocábulo *homo* e *sexu*. O termo vem do grego *Homo*, *homos*, que significa semelhante, e *sexu*, do latim, *sexual*, que refere-se ao sexo. O que indica a preferência de praticar sexo com uma pessoa do mesmo gênero, ou seja, homem com homem e mulher com mulher.

A homossexualidade, por si só, é um assunto polêmico e a história dela é igualmente problematizada. É difícil diferenciar onde está a descrição e onde começa a interpretação, uma vez que diferentes causas ou conseqüências relacionadas às escolhas, em termos de sexualidade, surgem de acordo com estudos de pesquisadores da área da psicanálise, da medicina, e de tantas outras ciências, mas que ainda geram polêmica até os dias atuais. E a forma como a homossexualidade vem sendo apresentada é que favorece a reação por parte da sociedade.

Em relação às controvérsias existentes em torno da questão da sexualidade, Dias (2004, p. 75) acrescenta:

Todos os temas ligados à sexualidade sempre são cercados de mitos e tabus. Assim acontece com a homossexualidade, considerada por muitos um “desvio sexual”. Ainda hoje, tais relacionamentos são tidos como uma afronta à moral e ao que se consideram “bons costumes”.

Um aspecto importante a ser considerado para se compreender as interpretações atribuídas à sexualidade e à homossexualidade, diz respeito à forma como as pessoas são

educadas, e quais as orientações que recebem como certas ou erradas. Portanto, ao falar-se em sexualidade e homossexualidade é preciso ressaltar que o que se tem são diferentes interpretações com base em contextos e na forma como ela é colocada para a sociedade.

Assim, para compreender a homossexualidade e a fobia que ela causa em muitas pessoas é preciso rever sua história no mundo, uma vez que, conforme sustenta Spencer (1996), a sexualidade e o sentido de gênero não é algo determinado, somente em termos biológicos, mas sim uma construção humana que se constitui como produto das condições históricas. Na realidade, não apenas a homossexualidade, mas toda a sexualidade é controlada pelas sociedades.

Dessa forma, tem-se que a homossexualidade se constitui como uma prática que acompanha a história da humanidade e é envolta por fatos históricos que contribuem para uma nova concepção a respeito do ideal moralista da sociedade.

Na Grécia antiga a homossexualidade era conhecida como a forma de iniciação do homem, contudo, isso não significava que os rapazes seriam homossexuais, pois, após essa iniciação, eles casavam-se e mantinham relacionamentos heterossexuais com as esposas. “Na Grécia antiga, fazia parte das obrigações do preceptorado “servir de mulher” ao seu preceptor, e isso sob justificava de treiná-lo para as guerras, em que inexistia a presença de mulheres” (DIAS, 2004, p. 86).

De acordo com Davi e Rodrigues (2003), o amor entre pessoas do mesmo sexo, também anteriormente denominado de pederastia, obteve na Grécia Antiga, sobretudo em Atenas, a atribuição de uma instituição social. Por meio da troca de favores sexuais e intelectuais, entre um jovem iniciante e um cidadão adulto, dava-se o processo de ensino dos preceitos das artes e das ciências da época. Nas cidades de Esparta e Tebas, o homoerotismo era reforçado nos exércitos, sob a justificativa de que os soldados enamorados entre si lutariam de forma mais intensa, com o fim de proteger e auxiliar os companheiros.

Todavia, Matos (2007) pontua que apesar de no século sexto a. C. terem aumentado as referências à homossexualidade na arte e na literatura da Grécia, como a poesia de Safo e a filosofia de Platão, isso não significa que os gregos antigos aceitavam de forma pacífica tal conduta. Aristóteles, Heródoto, Aristófanes e alguns filósofos cínicos e estóicos posteriores manifestaram a sua desaprovação moral em relação a tais práticas.

Em Roma, os cidadãos podiam usufruir sexualmente de homens e mulheres, fossem eles escravos ou não, desde que se portassem de forma ativa, assegurando sua postura e status. A conduta passiva era tida como desonrosa e os homens efeminados ou passivos,

como o imperador Calígula, foram desvalorizados nas conversas da nobreza romana (DAVI e RODRIGUES, 2003).

No que tange especificamente à história da homossexualidade feminina, esta é envolta em mistério, pois, como é relatado em Sell (1987), Safo, uma poetiza grega, escrevia a respeito de mulheres e do amor entre mulheres. Todavia, ainda existem contradições quanto à sua orientação sexual, mas sabe-se que ela cultuava as mulheres que a rodeavam, e que a sociedade da época comentava a respeito. A relação homossexual feminina era conhecida na Antiguidade, mas não era aceita, sendo que o amor entre duas mulheres era entendido como não-natural, ou também chamado de amizades desonrosas de Safo.

A nomenclatura adotada para designar homossexuais femininas na atualidade vem do nome da ilha grega Lesbos, portanto ‘Lésbicas’, local onde nasceu a poetisa Safo por volta de 612 a.C. A poetisa também deu origem ao termo Safismo, que designava os relacionamentos entre homossexuais femininas.

Com o surgimento e a expansão do cristianismo na Idade Média, a homossexualidade, sobretudo no mundo Ocidental, tornou-se prática inaceitável. Os homossexuais passaram a ser tratados como pessoas pecadoras perante as leis da Igreja, doentes para a medicina e desviados para a sociedade, sendo que muitos deles sofreram agressões físicas e psicológicas. Os homossexuais tornaram-se vítimas constantes do preconceito, visto que a sociedade se constituiu a partir dos moldes da Igreja, preservando a moral, ou seja, os “bons costumes da normalidade”.

Em relação a essa época histórica, Dias (2004, p. 87) esclarece:

[...] relação sexual deveria tender à procriação. Daí a condenação da homossexualidade masculina por haver perda de sêmem, enquanto a homossexualidade feminina era considerada mera lascívia. A igreja católica, [...] considera a relação homossexual uma aberração da natureza, uma transgressão à ordem natural, verdadeira perversão [...].

Portanto, observa-se que a doutrina do cristianismo, cuja origem remonta à antiguidade, sempre condenou a homossexualidade e, apesar de todas as mudanças que já perpassaram a sociedade até os dias atuais ainda prevalece, com sua concepção acerca da não aceitação do relacionamento entre iguais.

Nos séculos XVIII e XIX, tornaram-se ainda mais críticas as práticas com as quais as autoridades legislativas, religiosas e científicas abordavam a homossexualidade masculina e feminina. Os homossexuais passaram a ser vistos como pessoas potencialmente

delinquentes, o que resultou no aumento do rigor das leis, dos castigos e da vigilância contra “o amor que não ousa dizer seu nome” (DAVI e RODRIGUES, 2003, p. 4).

A discriminação sofrida pelos homossexuais foi tamanha que muitos eram internados em manicômios, considerados como doentes mentais, recebendo tratamentos muitas vezes desumanos, sendo esquecidos pelas famílias e amigos. Uma vez evidenciada a homossexualidade, tinha início um processo de discriminação, sendo fácil excluir o homossexual do convívio familiar, ou ainda rotular o mesmo como um doente ou uma pessoa de comportamento imoral.

Davi e Rodrigues (2003) destacam que as representações da homossexualidade, no século XIX, são reflexo das construções do imaginário social da época. Em diversas obras o homossexual masculino e feminino é visto como marginal ou delinquentes, capaz de subverter a ordem e a moral burguesas. Mas, defensores do homoerotismo procuraram construir a concepção de que essa prática sexual correspondia a uma conduta natural, e não podia ser associada a noções de pecado e crime, que prevaleciam nos discursos da época. Por intermédio da publicação de estudos sobre o tema emergiram outras formas de se perceber e compreender a homossexualidade. Com isso, aos poucos, alargava-se a visão que se tinha das normas sociais sobre o comportamento, inclusive o sexual.

Tem-se assim que a situação dos homossexuais passou a ganhar importância: a questão da discriminação, da violência, da exclusão, ganhou espaço para ser debatida em grupos de discussão. Essa abertura colaborou para uma maior organização que culminou no surgimento do movimento homossexual. Esse movimento originou-se na Europa, no século XIX, e no Brasil registrou-se um evento significativo como forma de protesto, que foi a criação do jornal *Lampião*, em 1978. Nessa mesma data, os primeiros núcleos dos movimentos negros, feminista e homossexual do país foram se formando. Através desses movimentos, os “iguais” encontravam-se para discutir idéias, angústias, situações que enfrentavam no cotidiano, podendo trocar experiências e fazer com que o movimento ganhasse espaço na sociedade e na mídia (FRY e MACRAE, 1991).

Além do desprezo por parte da Igreja e da sociedade em geral, os homossexuais foram vítimas de diversas acusações, no auge da década de oitenta, período em que a AIDS (Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida) apavorava a sociedade. Os homossexuais encabeçavam o grupo de risco, nessa ocasião. A AIDS nesse período era classificada como “a peste gay” em virtude do fato de ter se desenvolvido entre a comunidade homossexual.

Ao mesmo tempo, a procura pelo motivo da homossexualidade se intensificou e pesquisadores de diversas ciências analisaram pessoas, estudaram casos, no intento de

encontrar a causa da homossexualidade. Ainda hoje, estudiosos se debruçam em questões que possam mostrar o caminho para a descoberta das causas da homossexualidade.

Na década de noventa, apesar dos avanços obtidos em termos de aceitação da homossexualidade, Fry e Macrae (1991, p. 117/118) salientam:

O fato é que a homossexualidade continua sendo *tratada*, na prática, como uma indigesta mistura de pecado, sem-vergonhice e doença. Diariamente a imprensa marrom estampa manchetes que contam escândalos envolvendo homossexuais.

Em relação à estigmatização sofrida por parte dos homossexuais masculinos e femininos, Costa (1992, p. 21) esclarece:

Apresentando certas práticas sexuais como anormais, doentes, antinaturais ou moralmente incorretas a linguagem da discriminação estigmatiza numerosos sujeitos que se afastam dos ideais sexuais da maioria. Criticar a crença discriminatória significa desse modo criticar também o vocabulário que permite sua enunciação e que a torna razoável aos olhos dos crentes.

Nesse sentido, tem-se que as culturas ocidentais contemporâneas ainda são marcadas por um estigma, “renegando à marginalidade aqueles que não tem preferências sexuais dentro de determinados padrões de estrita moralidade” (DIAS, 2004, p. 86).

Dias (2004, p. 19) acrescenta que as diferentes tentativas de fugir dos estereótipos estratificados ainda são identificadas, por muitas pessoas, como vício, pecado ou crime, sendo que tais comportamentos dissidentes terminam por ser rotulados de imorais, constituindo-se como um atentado à ética e aos bons costumes. Para a autora, dentre os diferentes grupos sociais excluídos, os mais discriminados são certamente os homossexuais, os quais enfrentam maior dificuldade de obter aceitação.

Na Psicologia, a homossexualidade, enquanto tipo de relação e de comportamento, é vista como uma orientação de desejo. Entretanto, esse conceito é recente, visto que somente em 1993 a Organização Mundial de Saúde (OMS) deixou de considerar a homossexualidade como uma doença, passando a reconhecer a mesma como uma condição da personalidade humana. Por sua vez, o Conselho Federal de Psicologia só passou a condenar a discriminação aos homossexuais e as promessas de tratamento para revertê-los, no ano de 1999. Ao mesmo tempo, passou a defender que a homossexualidade é, essencialmente, uma questão de orientação sexual (GIV, 2006).

Essa questão da orientação do desejo sexual remete a uma discussão relevante, que diz respeito à correta terminologia a ser empregada para se referir às homossexuais femininas. Esse tema foi abordado nas entrevistas, sendo que as homossexuais femininas foram também questionadas acerca da adequação das diferentes terminologias que são usadas para se referenciar às mesmas, tais como: opção sexual, orientação sexual ou condição sexual. A partir das respostas obtidas, pôde-se identificar a falta de consenso entre os sujeitos entrevistados.

Para Cassandra Rios<sup>2</sup>, a homossexualidade não envolve uma escolha entre hetero e homossexualidade, pois a identidade sexual é algo biologicamente determinado:

[...] eu acho “opção sexual” um problema, porque tem uma amiga minha que fala direitinho, “se eu pudesse escolher, eu ia escolher ser heterossexual, é muito mais fácil!” [...]. Orientação tem muito a ver com opção, tem muito a ver com coisas aprendidas! E condição, talvez seja a melhorzinha, é condição, porque a condição é até uma coisa momentânea, pode ser, pode não ser, e desestabiliza aquela coisa, não deixa cristalizar, é uma condição homossexual [...]. Você não pode chegar e falar, olha então você é isso, você é aquilo, então é uma condição, meio que você está. Bom, parece a melhor, dentro dessa postura do não cristalizar, você tem uma condição homossexual, que pode ser transitória ou não e que também levanta aquela questão, afinal de contas o que é homossexual? Aquele que já pensou em ter um caso? É aquele que já teve um? Que teve um só e nunca mais teve? A pessoa é homossexual, não é, quer dizer, tem toda uma história [...] (CASSANDRA RIOS).

No entender de Ana Carolina, embora a mesma considere mais adequada a terminologia “orientação sexual”, também não há escolha envolvida quando se trata de homossexualidade, mas, ao contrário, uma determinação biológica que aos poucos vai se manifestando por meio das atitudes da pessoa em relação a sexualidade. Cada indivíduo tem a liberdade de aceitar ou não sua *identidade sexual*:

Acho que é orientação sexual. Na minha opinião não é escolha, você nasce assim só pode ou não descobrir e pode ou não se aceitar. E condição sexual parece que é doença, o que certamente não é. (ANA CAROLINA).

Todavia, para os demais sujeitos entrevistados, não se trata de uma determinação biológica, mas de uma escolha. Cada ser humano, a partir de suas experiências, pode optar por

---

<sup>2</sup> Tendo em vista a necessidade de preservação da identidade das entrevistadas, seus nomes não serão relevados e cada uma delas recebeu o nome que desejasse para individualização das falas, como forma de homenagem a mulheres de destaque.

aquilo que mais lhe agrada em termos de sexualidade. Dessa forma, ser uma homossexual feminina é resultado de uma escolha individual livre:

Pra mim é uma opção com certeza. É assim, eu sou uma pessoa, o que eu digo, uma pessoa heterossexual, com uma opção de viver em homossexualidade, porque se eu te disser que eu sou uma pessoa homossexual eu to mentindo pra ti, poxa eu fui casada, tive filhos trocentos mil namorados entendeste! Mas poxa, 15 anos que eu to com uma só mulher e ta tudo certo! Então na verdade eu estou porque quero estar, então eu acho que é assim: eu quero ser livre pra querer estar contigo, assim funciona comigo, se eu me sentir presa eu acabo tudo, qualquer coisa na mesma hora [...]. Na minha vida, eu tenho que ser livre [...]. Que eu acho assim, que orientação, orientação de que? Eu tive uma orientação completamente normal, como todas as minhas irmãs, mais normal que a minha impossível! [...] Não foi como um trauma que me levasse a gostar de uma mulher, entendeu? Na verdade, a gente ta optando pelo mesmo sexo, porque a gente quer o mesmo sexo, se eu quisesse um homem teria um homem [...]  
(KAMASHI).

Que eu prefiro? Opção! É, opção sexual! (CLAUDIA RAIA).

Opção, pois escolhemos, porque nós decidimos! [...] Ninguém veio até minha casa, colocou uma arma na minha cabeça e disse: ou vira homo ou morre! Eu decidi porque eu quis, eu sinto atração por mulheres! (CÁSSIA ELLER).

Importa notar que essa questão da escolha ou da determinação biológica da sexualidade ainda não é consenso até mesmo entre os estudiosos da temática, o que se reflete na própria resposta dos sujeitos investigados.

Ao serem questionadas acerca da terminologia mais adequada para se referir à identidade sexual, as entrevistadas também apontaram preferências diversas:

É, lésbica mesmo (CASSANDRA RIOS).

Tanto faz. [tanto faz, não tem preferência] não! Tanto faz! (KAMASHI).

De homossexual, eu prefiro [é, eu tenho colocado homossexual feminina] exatamente, também acho mais leve (CLÁUDIA RAIA).

Como já notaste não gosto de nenhuma, uso gay, tanto para mulheres como para homens. Acho menos preconceituoso porque foi um termo cunhado pela comunidade (ANA CAROLINA).

Respondendo a pergunta eu prefiro ser chamada de lésbica (CÁSSIA ELLER).

Como se pode notar as diversas terminologias existentes, como: homossexualidade, lesbianismo, gay, entre outras, segundo as entrevistadas, podem ser empregadas, uma vez que os próprios sujeitos investigados aceitam o uso das mesmas.

Retomando a questão histórica, observa-se que importantes conquistas foram obtidas pela comunidade homossexual, sendo que na atualidade, algumas pessoas influentes, que estão lutando ativamente para erradicar a discriminação, não mais a entendem como doença ou pecado. No entanto, outros segmentos continuaram a ver essa orientação sexual da mesma forma como era vista na Idade Média e no século XIX, principalmente alguns segmentos relacionados às religiões que, com um grande poder de persuasão, conseguem convencer seus fiéis de que a homossexualidade é um desvio.

Ainda em discussão, o tema gera muita polêmica e preconceito, excluindo de determinados ambientes as pessoas que assumem sua orientação sexual, apesar de a mídia atribuir ênfase a essa questão, pois atores representam homossexuais em novelas e propagandas. A luta pelo reconhecimento da união estável, ou “*união homoafetiva*”, como é chamada por Dias (2004), assim como a adoção por casais homossexuais, são temáticas que tem ganhado grande espaço nos meios de comunicação.

Cabe destacar também a existência de um lado ruim de todo esse trabalho, o lado onde à exposição ganha campo, e como afirmam Fry e Macrae (1991), alguns segmentos da “imprensa marrom” procuram continuamente expor a vida de homossexuais que ainda procuram viver na discrição, ou que, simplesmente, pretendem levar a vida pessoal no anonimato, não deixando opção para que essas pessoas escolham o seu modo de vida.

A situação específica das mulheres ainda é mais complicada e carregada de preconceitos, pois, ao longo da história, prevaleceu entre elas toda uma luta por direitos, por cidadania, e as homossexuais femininas fizeram parte dessa história.

## **1.2 Lutas e conquistas: direitos alcançados**

Ao se abordar a luta das homossexuais femininas por direitos, torna-se necessário tratar brevemente do movimento feminista, uma vez que ambos se encontram vinculados. Em outras palavras, ao longo da história, a luta por direitos das homossexuais esteve comumente associada à luta desenvolvida pelo movimento feminista.

O movimento feminista, segundo Pinski e Pedro (2003), nasceu das teorias iluministas no século XVIII, época em que várias mulheres passaram a reivindicar direitos para a emancipação feminina.

Alguns pensadores da época, como Rousseau, ainda apresentavam críticas às mulheres. De acordo com Pinski e Pedro (2003, p. 266), esses pensadores

[...] duvidavam da capacidade das mulheres. Para eles, as mulheres, por sua natureza distinta, não conseguem raciocinar do mesmo modo que os homens, pois são movidas mais pelas paixões – [...] perigosa ao bom funcionamento da sociedade.

Como se observa, os filósofos desse período, como já havia ocorrido em épocas anteriores, reafirmavam que as mulheres eram seres inferiores aos homens e, por conta dessa inferioridade, deveriam ser subordinadas a eles. As mulheres independentes e poderosas eram condenadas pelos filósofos. “A mulher que atua nos territórios ‘masculinos’ da cultura e da política foi repudiada em favor da mulher doméstica, que elege a família como centro de sua vida” (PINSKI e PEDRO, 2003, p. 267).

Contudo, a luta por direitos, como: educação, maior espaço na sociedade e trabalho, tomaram proporções significativas, sendo que as mulheres foram conquistando suas reivindicações com muito custo. Mas o casamento ainda era o foco principal dessas mulheres e muitas delas preferiam “tolerar alguma violência doméstica que viver sem um companheiro” (PINSKI e PEDRO, 2003, p. 277).

O século XX foi considerado um século de grandes conquistas para as mulheres, uma vez que diversos direitos foram efetivados. Entretanto, a busca pela cidadania é sempre atual, pois ainda é possível encontrar trabalho escravo, violência, discriminação e preconceito, não só nos locais de trabalho, mas em suas próprias casas as mulheres sofrem com a suposta inferioridade citada por Rosseau anteriormente.

Os empregadores preferiam trabalhadoras jovens, solteiras, ainda exigiam que ao se casarem essas mulheres deveriam deixar o emprego. Assim, conforme explicam Pinski e Pedro (2003, p. 285) “a inserção profissional levou boa parte das empregadas de lojas, funcionárias dos correios, professoras, telefonistas, assistentes sociais, datilógrafas ao celibato”. Tudo para reforçar o pensamento de que mulheres casadas, com afazeres domésticos e cuidados com filhos, não serviam para ocupar cargos em empresas, pois, com isso, deixariam suas obrigações de mulher casada, mãe e dona do lar, para trás.

O direito ao voto fora conquistado muito tempo depois em virtude do impasse político das mulheres na Inglaterra que bloqueava essa busca. Em vários outros países os grupos de enfrentamento eram divididos entre as feministas e as trabalhadoras, sendo que as primeiras buscavam direitos não apenas trabalhistas, mas também sociais. Por isso consideravam que as trabalhadoras eram discriminatórias. Os Estados Unidos foram os pioneiros em reconhecer direitos feministas, incluindo o voto em 1869.

Os direitos sexuais também fizeram parte dessa luta. As mulheres procuravam sua independência sexual, optando entre ter ou não um filho, buscando também o reconhecimento por parte dos homens de que elas não mais aceitariam a submissão. Embora nos dias atuais ainda exista esta submissão por parte da mulher, desde o início das lutas por direitos elas não admitiam mais a violência e queriam o reconhecimento de que não foram feitas apenas para a procriação, mas também têm desejos e sentem prazer.

A essa questão do desejo sexual, do sentir prazer e da independência sexual apresenta-se diretamente vinculada a questão da homossexual feminina, que tem despertado a curiosidade por parte da sociedade.

Ao se analisar as lutas por direitos, cabe pontuar que a dificuldade de se encontrar material específico sobre homossexualidade feminina ainda é grande, pois o que existe são bibliografias que discutem a homossexualidade masculina, as quais, por ventura, abordam a temática. Mott (1987, p. 8 apud PORTINARI, 1989, p.43) demonstra essa lacuna na história da homossexualidade feminina, relacionando-a ao tratamento de inferioridade destinado às mulheres, ao longo dos séculos:

Se a documentação sobre a história dos sodomitas é rara e lacunosa, as informações sobre o amor entre as mulheres são ainda muitíssimo menos numerosas, fragmentadas, quando não inexistentes. A história do lesbianismo até pouco tempo atrás era uma página totalmente em branco, que somente nos últimos tempos tem merecido a atenção de alguns poucos estudiosos. E devido aos milênios de alienação e inferioridade da mulher em nosso mundo, geralmente têm sido os intelectuais de sexo masculino que iniciam tais estudos e pesquisas.

Essa lacuna, em parte, é decorrente da relação que se estabeleceu entre as homossexuais femininas e o feminismo, pois uma corrente do feminismo, denominada de “feminismo separatista”, provocou confusão nos meios acadêmicos.

Acerca desse problema da quase inexistência de documentação relacionada às lutas e conquistas das homossexuais femininas e de sua vinculação ao movimento feminista, Portinari (1989, p. 43) ainda acrescenta:

A relativa ausência de registros históricos, de estatutos legais, de relatos e de pesquisas no tocante à homossexualidade feminina é, portanto vista como parte de um processo mais amplo: a ausência da participação feminina no processo histórico e na produção cultural. [...] a queixa do silêncio se entremeia com outra fala, aquela que vincula sempre a homossexualidade feminina ao feminismo, seja esse vínculo feito com a malícia, sobriedade ou entusiasmo.

As mulheres já há algum tempo vinham fazendo críticas ao machismo, organizando-se e formando grupos feministas, e as homossexuais femininas, aos poucos, foram se aproximando desses grupos. Contudo, não se sentiam livres para expor as dificuldades pelas quais passavam, por conta do machismo existente até dentro dos próprios grupos de homossexuais femininas.

Dessa forma, quando da luta por direitos, as homossexuais femininas enfrentaram, e ainda enfrentam, uma barreira que é mais complicada que a dos homossexuais masculinos, pois além de homossexuais, são mulheres. Em decorrência disso, sofreram discriminação dentro dos grupos homossexuais que lutavam por direitos, sendo motivo de chacota entre os homens homossexuais, o que as levou a procurar o grupo das feministas. Em determinado momento histórico, as homossexuais também foram alvo de preconceitos, uma vez que algumas feministas estavam engajadas num ideal religioso, moralista, buscando seu reconhecimento como cidadãs e esse ideal excluía as relações entre pessoas do mesmo sexo. Em outras palavras, dentro dos próprios grupos feministas as homossexuais femininas defrontaram-se com o preconceito interno, pois as feministas tinham o receio de serem reconhecidas nas ruas como uma homossexual. Essa situação oferecia aos opositores do movimento feminista um motivo para não aceitar as reivindicações das mulheres engajadas no movimento.

Em relação ao assunto, Fry e Macrae (1991, p. 102) observam que, na época, aqueles que se opunham à emancipação feminina utilizavam “como uma de suas primeiras formas de ataque a acusação de que mulheres empenhadas em se impor socialmente seriam lésbicas”.

Nesse sentido, Nobili e Zha (1979, p. 101 apud PORTINARI, 1989, p. 44) questionam: “a homossexual, seria ela feminista, e a feminista, seria ela homossexual? Eis aí uma verdadeira questão e um falso problema”. A situação dentro desses grupos tornou-se crítica em virtude da possibilidade de a sociedade acabar ridicularizando o movimento feminista pela questão homossexual.

Todavia, apesar das divergências, houve por parte das feministas uma empatia, pois além de lutarem pelos direitos homossexuais, as homossexuais femininas lutavam pelo direito de serem cidadãs. Com base nisso, as mulheres engajadas numa única luta acolheram as homossexuais femininas formando um só movimento.

Fry e Macrae (1991, p. 101/102) comentam que essa junção entre homossexuais femininas e feministas na luta por direitos, também se deu no Brasil:

[...] no Brasil, como em outros países, as lésbicas encontraram uma forte relutância inicial, mas agora já superada, por parte das feministas, em admitir em suas organizações mulheres que faziam questão de se assumirem publicamente como homossexuais.

Atualmente, a vida sexual dos homossexuais tem instigado a curiosidade de um grande número de pessoas que observam casais homossexuais. O contexto da homossexualidade em si, o quanto essas pessoas sofrem ou sofreram ao assumir a sua orientação sexual nem sempre perpassa as noções pré-concebidas sobre tal situação. É fácil classificar as mulheres que se relacionam com mulheres como problemáticas, uma vez que, na concepção da sociedade em geral, a mulher nasceu para ser do homem, numa sociedade que exige que elas estruturem suas vidas em torno dos homens.

A partir disso, pode-se presumir que o relacionamento homossexual ainda enfrenta o preconceito hodiernamente. Esse preconceito, pautado essencialmente na questão das relações sexuais entre mulheres, não possibilita uma nova visão, um novo conceito baseado na orientação do desejo. Fry e Macrae (1991, p. 107) sustentam que “[...] o lesbianismo é melhor compreendido se dermos menos ênfase às relações sexuais e mais aos seus aspectos de sociabilidade e apoio mútuo”.

Além disso, existe uma certa classificação desenvolvida pelo senso comum, por meio da qual as pessoas costumam rotular as homossexuais femininas como “masculinas”, comparando-as com o homem pelo fato de algumas mulheres homossexuais vestirem-se com trajes masculinos. Essa situação possibilita que o imaginário, tanto do homem quanto da mulher heterossexual, as rotule como masculinas.

Em relação à tipologia das homossexuais femininas, Beauvoir (1980, p. 147 apud PORTINARI, 1980, p. 51) destaca:

Distinguem-se amiúde [...] dois tipos de lésbicas: umas ‘masculinas’, que ‘querem imitar o homem’. É verdade que se podem considerar, grosso modo, duas tendências na inversão; certas mulheres recusam a passividade,

enquanto outras escolhem braços femininos para a eles se entregarem passivamente.

Dessa forma, tem-se a caracterização de uma dicotomia do feminino/masculino, o que pode ser percebido na relação de casal ou de sua sexualidade, diante do passivo e ativo. No entender de Portinari (1989, p. 49), a “divisão do mundo em termos das categorias *masculino* e *feminino* é uma classificação proposta [...] pelo poder. Se esse poder pertence efetivamente ao masculino, então a própria idéia de mulher seria uma idéia masculina [...]”.

Portinari (1989) ainda discorre a respeito do casamento heterossexual para a homossexual feminina. A autora demonstra que, nesse caso, a homossexual comumente não se deixa coagir pela pressão que a sociedade impõe em relação ao casamento. Ao contrário, ela não se rende às imposições da sociedade, mas deixa a casa da família, muda toda sua rotina em função da busca de sua liberdade.

Essa questão gera muita polêmica entre os homens, visto que grande parte deles acredita que as mulheres dependem dos mesmos para obter satisfação sexual. Eles partem da perspectiva genital de uma relação, e não incluem sentimentos que ambas as homossexuais possam ter. Como bem relata Caprio (1970, p. 12 apud PORTINARI, 1989, p. 45), “a ausência de estatutos específicos relativos à homossexualidade feminina pode ser parcialmente explicada pela recusa inconsciente do homem em admitir que a mulher possa obter satisfação sexual sem ele”. Sob essa perspectiva de entendimento, a homossexualidade feminina não é situada em oposição à heterossexualidade, como ocorre no caso da homossexualidade masculina, mas como algo que está em oposição à própria sexualidade como um todo.

Todavia, a relação entre as homossexuais femininas estende-se muito além da questão da sexualidade da forma como ela é concebida pelos homens. Isso pode ser observado no conceito de homossexualidade feminina apresentado por Federmam (1981 apud MARZANO, 2006):

O lesbianismo descreve uma relação na qual duas mulheres trocam fortes emoções e afetos entre si. O contato sexual pode ser parte dessa relação num maior ou menor grau, ou pode estar inteiramente ausente. Nesta mesma perspectiva, o “Grupo de Luta pela Libertação Lesbiana” de Barcelona (1981) aprofundou: “A lésbica não persegue o prazer sexual como finalidade única na relação com a companheira. Seu objetivo não é tanto o sexo, senão a busca de níveis profundos de comunicação, esferas de ternura, carinho e delicadeza. A essência do amor lésbico é a pura sensibilidade. Poder-se-ia dizer que a lesbiana sexualiza a amizade, pois a relação sexual nasce de um sentimento profundo que tem sua base no amor”.

Portanto, a homossexual feminina enfrenta diversas formas de preconceito por parte da sociedade que, em parte, as diferenciam da homossexualidade masculina, como ocorre no caso da questão sexual, sempre abordada a partir de uma ótica machista. Além disso, há ainda os problemas que são enfrentados pelas mulheres em geral, uma vez que na sociedade atual prevalecem resquícios da Idade Média, nas quais as mulheres sempre foram submissas aos homens.

Apesar das dificuldades e dos obstáculos, as mulheres, juntamente com as homossexuais femininas, travaram lutas em busca da efetivação de direitos, que já existiam para os homens. Como exemplo disso, pode-se citar o direito de acesso à educação, ao conhecimento, a busca pela independência financeira, a opção de querer ter filhos ou não, a luta contra a violência e contra o machismo e, para finalizar, pelo voto.

Além desses direitos conquistados pelas mulheres, as homossexuais femininas pretendem ir além, pois querem ser reconhecidas como homossexuais, lutam contra o preconceito e a discriminação, contra a violência masculina, buscam a opção de adotar uma criança e conviver com uma companheira, lutam pelo direito à união homoafetiva ou parceria civil, pelos benefícios previdenciários, entre outros.

Ao se recorrer à Constituição Federal de 1988, art. 1º, inciso III<sup>3</sup>, encontra-se como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana. A Constituição evidencia ainda em seu art. 5º<sup>4</sup>, a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Além da igualdade de todos, no inciso IV, do art. 3º<sup>5</sup>, da Carta Magna, observa-se como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é a promoção do bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Tais dispositivos já evidenciam, por si só, o direito que as homossexuais femininas têm a serem respeitadas por sua sexualidade, o que não as torna diferentes dos outros seres humanos, perante a lei, nem lhes tira o direito de terem uma vida com dignidade.

Com base na legitimidade da Constituição Federal de 1988, as mulheres ampliaram seus horizontes, saíram do lar, da submissão e do silêncio, no intento de conquistar

---

<sup>3</sup> Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana;

<sup>4</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

<sup>5</sup> Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

seu espaço na sociedade. Assim, também se observa a luta travada pelas homossexuais femininas em busca do reconhecimento do direito de constituírem família e de verem seus anseios protegidos pelo Estado e pela sociedade.

A norma constitucional brasileira segue a orientação dada pela legislação de âmbito internacional, que também tem assegurado a sexualidade como um direito de cada pessoa, independente de cor, raça, ou orientação sexual, todas as pessoas devem ser respeitadas. O reconhecimento desse direito é evidenciado pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 1975):

A sexualidade humana forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso. É energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e integrações, portanto a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como direito humano básico. A saúde mental é a integração dos aspectos sociais, somáticos, intelectuais e emocionais de maneira que influencie positivamente a personalidade, a capacidade de comunicação com outras pessoas e o amor.

Dentro dessa perspectiva, os direitos sexuais foram elaborados no XV Congresso Mundial de Sexologia, ocorrido em Hong Kong, na China, entre 21 e 27 de agosto de 1999, na Assembléia Geral da *World Association for Sexology*, onde se pode perceber que prevalece a individualidade do ser humano, respeitando-se suas preferências independentemente de orientação sexual:

Declaração dos Direitos Sexuais:

1 – O DIREITO A LIBERDADE SEXUAL - A liberdade sexual diz respeito a possibilidade dos indivíduos em expressar seu potencial sexual. No entanto, aqui se excluem todas as formas de coerção, exploração e abuso em qualquer época ou situação da vida.

2 – O DIREITO A AUTONOMIA SEXUAL – INTEGRIDADE SEXUAL E A SEGURANÇA DO CORPO SEXUAL – Este direito envolve habilidade de uma pessoa em tomar decisões autônomas sobre a própria vida sexual num contexto de ética pessoal e social, Também inclui o controle e o prazer de nossos corpos livre de tortura, mutilações e violência de qualquer tipo.

3 – O DIREITO À PRIVACIDADE SEXUAL – O direito de decisão individual e aos comportamentos sobre intimidade desde que não interfiram nos direitos sexuais dos outros.

4 – O DIREITO À IGUALDADE SEXUAL - Liberdade de todas as formas de discriminação, independentemente do sexo, gênero, orientação sexual, idade, raça, classe social, religião, deficiências mentais e físicas.

5 – O DIREITO AO PRAZER SEXUAL - prazer sexual, incluindo auto-erotismo, é uma fonte de bem estar físico, psicológico, intelectual e espiritual.

6 – O DIREITO À EXPRESSÃO SEXUAL – A expressão sexual é mais que um prazer erótico ou atos sexuais. Cada indivíduo tem o direito de expressar a sexualidade através da comunicação, toques, expressão emocional e amor.

7 – O DIREITO À LIVRE ASSOCIAÇÃO SEXUAL – Significa a possibilidade de casamento ou não, ao divórcio e ao estabelecimento de outros tipos de associações sexuais responsáveis.

8 – O DIREITO ÀS ESCOLHAS REPRODUTIVAS LIVRES E RESPONSÁVEIS – É o direito em decidir ou não filhos, e número e o tempo entre cada um, e o direito total aos métodos de regulação da fertilidade.

9 – O DIREITO À INFORMAÇÃO BASEADA NO CONHECIMENTO CIENTÍFICO – A informação sexual deve ser gerada de um processo científico e ético e disseminado em formas apropriadas e a todos os níveis sociais.

10 – O DIREITO À EDUCAÇÃO SEXUAL COMPREENSIVA – Este é um processo que dura a vida toda, desde o nascimento, e deveria envolver todas as instituições sociais.

11 – O DIREITO À SAÚDE MENTAL – O cuidado com a saúde deveria estar disponível para a prevenção e tratamento de todos os problemas sexuais, preocupações e desordens.

A transparência que a homossexualidade vem apresentando, no âmbito internacional e nacional, instiga um maior número de pessoas a assumirem sua verdadeira orientação sexual. Isso, por sua vez, tem permitido benefícios no sentido da realização do sonho de muitas homossexuais estruturarem uma família, com a adoção para casais homossexuais.

No Brasil, não existe lei que proíba a homossexualidade para pessoas maiores de 18 anos, uma vez que a própria Constituição Federal de 1988 proíbe qualquer forma de discriminação. Por isso, uma das lutas das homossexuais é mudar a realidade das escolas brasileiras, onde homossexuais masculinos e femininos, bissexuais e transgêneros ainda sofrem com a indiferença, com o preconceito e com a discriminação. A construção de comitês voltados para a questão GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) tem sido uma batalha a ser vencida pelos homossexuais.

Por intermédio desses comitês, que contariam com a participação efetiva de homossexuais na escolha do material didático, pretende-se capacitar educadores para que derrubem os mitos que circundam a questão da homossexualidade. Dessa maneira, professores e alunos poderiam passar a respeitar as diferenças, sem as freqüentes agressões que ainda pairam nas escolas brasileiras (KORMANN, 2004).

No entender de Trevisam (2004):

A pressão política exercida pelos movimentos homossexuais de massa começa a surtir efeito também no Brasil, onde a comunidade gay desponta como o mais novo bloco de importância eleitoral. Por um lado, aumentam no país as cidades e Estado que implantaram leis anti-homofóbicas.

Ainda em termos de direitos e conquistas, existe também o Programa Brasil contra a Homofobia, que foi instituído no âmbito do Governo Federal e desenvolvido pelas lideranças de movimentos homossexuais. O Programa Brasil sem Homofobia tem como objetivo coibir a violência contra os homossexuais, utilizando também políticas específicas para que haja inclusão social para essas pessoas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2004).

Atualmente, gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros estão mais confiantes na conquista de sua dignidade pessoal. Procuram facilitar o entendimento de que ser homossexual não é errado, não é crime e não é doença. E, nesse sentido, existe todo um movimento para que o respeito seja coletivo, que a violência e a homofobia sejam esquecidas.

Ressalte-se, todavia, que ainda não existe, no Brasil, uma legislação federal que transforme o preconceito contra homossexuais em crime. Em outros termos, não existe a proibição expressa da discriminação por orientação sexual, mas apenas uma proposta de emenda na Câmara dos Deputados, que ainda não foi efetivada. Apesar disso, alguns Estados brasileiros têm feito leis próprias para a proibição da discriminação, como é o caso do Estado de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

Os movimentos de homossexuais têm unido forças para que a criminalização do preconceito seja efetiva. Além de toda uma busca para que o preconceito torne-se crime, os homossexuais ainda têm de enfrentar as questões religiosas, que fazem sofrer milhões de pessoas pelo fato de as religiões condenarem explicitamente o amor entre iguais. Um documento publicado no ano de 2003 deixa claro que as relações homossexuais estão em contraste com a lei moral natural religiosa, citando que esse ato mina a moral familiar, sem qualquer preocupação com o sofrimento psíquico ou físico que essas pessoas possam sofrer. Ações como estas favorecem a violência, o ódio e a homofobia (KORMANN, 2004).

Para reverter esse quadro de preconceito, as homossexuais femininas, juntamente com os homossexuais masculinos, procuram participar dos eventos em que a causa homossexual tem sido evidenciada. A mídia, apesar de tratar do assunto ainda com restrições, tem proporcionado uma abertura maior para a exposição de casais homossexuais femininos.

Outro fator que tem contribuído para que a homossexual assuma sua orientação sexual é a abertura do mercado de trabalho para as mulheres, uma vez que isso tem proporcionado a independência da mulher, que pode prover seu próprio sustento. Essa

independência financeira ofereceu para algumas homossexuais femininas a oportunidade de uma inclusão no meio social, sem enfrentar muitos sofrimentos, como a separação repentina da família. Sell (1987, p. 22) acrescenta que “a identidade confere a cada ser humano sua individualidade de pessoa e ao mesmo tempo sua inserção no meio social”.

No entanto, entre as camadas mais desfavorecidas da sociedade, essa premissa da independência financeira ainda é muito complexa, pois as mulheres são muitas vezes dependentes de um pai, de um irmão ou até mesmo de um marido que sustente a família. Dessa forma, torna-se difícil para a mesma assumir sua identidade, visto que, por meio disso, correrá o risco de ser excluída da família e, por conseguinte, não ter mais quem possa prover seu sustento.

Assim, apesar das conquistas, a desigualdade em virtude da orientação sexual das homossexuais femininas é a menos pesquisada, prevalecendo uma infinidade de direitos que não são efetivados, além de ainda existir elevado grau de repressão e de violência. Na maioria dos países de terceiro mundo a homossexualidade é considerada crime, sendo que as condenações variam entre prisão, prisão perpétua, amputação de algum membro do corpo e a morte. No Brasil, houve um avanço na inclusão dos homossexuais de classe média e alta, pelo fato de estes apresentarem poder aquisitivo elevado. Mas as camadas mais pobres ficam vulneráveis à violência referida.

A temática das lutas e conquistas em termos de direitos integrou o questionário aplicado junto aos sujeitos que participaram da pesquisa, com a finalidade de verificar qual a percepção desses sujeitos acerca das lutas, da comunidade homossexual feminina, pela conquista de direitos e superação do preconceito.

Cássia Eller defende a importância das lutas pelo direito de viver sem preconceito:

O direito de poder viver livre a vida sem preconceito, sem ser apontada na rua por ter uma visão diferente (CÁSSIA ELLER).

No entender de Cassandra Rios, a luta pelos direitos deve se dar em diversos segmentos e ambientes da sociedade e precisa se constituir tanto como um luta individual, quanto coletiva:

[...] então eu acho que é importante trabalhar com esse tema dentro da academia, que as pessoas têm medo, ou não se importam, acham que é canônica, besteira, então a minha luta é por aí, na minha vida, na maneira como eu conduzo a minha vida, as minhas amizades, o meu círculo e a maneira como eu conduzo meu trabalho (CASSANDRA RIOS).

Já Ana Carolina pontua a importância da união entre homossexuais masculinos e femininos na luta pelos direitos civis:

Não sou muito engajada, mas sei que há várias organizações lésbicas. Eu sou mais por uma luta unificada, não aprovo o separatismo já que precisamos de força para conseguir pressionar politicamente as instituições para obter os direitos civis que precisamos (ANA CAROLINA).

Também em termos de direitos civis, Kamashi e Claudia Raia salientam a importância da legalização da união homossexual, pois, na atualidade, os casais homossexuais não são aceitos perante a Constituição Federal de 1988 e demais leis infraconstitucionais como uma forma legítima de constituir família, com direito a proteção do Estado<sup>6</sup>.

Em virtude do fato de a união homossexual não ser legal diante da lei civil, os casais homossexuais não têm muitos dos benefícios que são concedidos aos casais heterossexuais. Uma conquista importante no sentido de reverter essa situação é a homologação das uniões homossexuais:

[...] tenho achado legal, essa história de homologar a união, porque é uma coisa que não dá muita segurança. Que a [companheira] já foi casada, antes de mim, com uma menina e elas tinham uma casa juntas, dividiam tudo, inclusive a menina engravidou, teve uma filha e tal e a [companheira] não teve direito a nada! A família dela levou tudo, isso há muitos anos atrás. Então, hoje a gente fica muito feliz em saber, por exemplo, nós vamos fazer uma coisa bancária e não tem como somar os dois contra-cheques, aí tu não consegues um empréstimo mais alto, coisa que se a gente até morasse junto sem ser casado, se fosse um homem e uma mulher, dava! Então, agora tem esses contratos, então a gente até ta pensando em casar, né! [...] A gente já ventilou essa possibilidade, principalmente para ter uma coisa em documento, também pra não virem viajar na maionese, entendeu, nem minha família aí do nada, que nunca convivi e leva meu filho, me leva não sei o que, entendesse. [...] A gente tem uma coisa ali, pelo menos é um grau de parentesco, sei lá que você pode homologar [...] (KAMASHI).

Eu to achando bem interessante isso que ta tentando sair, isso que a Kamashi comentou antes também, que a gente até pensou isso, até por causa das

---

<sup>6</sup> A Constituição Federal de 1988, em seu art. 226, reconhece como entidades familiares às que são formadas pelo casamento, pela união estável entre homem e mulher e aquelas compostas apenas por um dos cônjuges, não fazendo qualquer referência a união de pessoas do mesmo sexo enquanto forma legítima de constituição de família:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

[...]

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

crianças tudo né, da gente fazer esse casamento [...]. Porque ela tem a família dela, eu tenho a minha, vamos que de repente uma de nós duas falte e de problemas, como já aconteceu comigo. Então a gente não quer correr esse risco [...] (CLAUDIA RAIA).

Outro aspecto relevante em termos legais é a possibilidade de processar os indivíduos em virtude de atos de preconceito manifesto:

[...] a discriminação estar em lei é uma coisa muito boa, a gente já sofreu muita coisa [...], eu já perdi emprego quando meu chefe soube que eu era homossexual! Eu era secretária executiva [...]. E o meu chefe achava que eu era a mulher perfeita, aquela coisa toda. Aí uma pessoa da [nome da empresa] me viu numa boate gay com ela e falou pra ele. Aí ele não teve de onde tirar explicação pra me demitir, eu disse, “a porque você sabe que eu sou gay?” Daí ele disse, “é!”. Eu disse, “sabe que eu posso te processar?” Ele disse, “como você pode me processar, é a minha palavra contra a tua e só estamos nós dois aqui agora!” Daí eu disse, “tudo bem, paga os meus direitos e eu vou embora!” [...] Se fosse hoje, eu teria entrado com uma ação, teria feito várias coisas, [...] eu teria respaldo legal pelo menos, perdi os meus filhos também, e hoje também acho que se eu fosse com um advogado mais legal, aquela coisa toda, entendesse, eles talvez viessem, e porque hoje a gente tem como adotar legalmente uma criança (KAMASHI).

Ao abordar a questão das políticas públicas que venham ao encontro dos interesses das homossexuais femininas, uma das entrevistadas destacou o papel desenvolvido pela LBL (Liga Brasileira de Lésbicas). A mesma também criticou a LBL e outras associações pelo fato de apresentarem algumas regras a serem cumpridas por seus membros, ou seja, de conterem uma série de normas impositivas:

[...] eu conheço o pessoal da Liga Brasileira de Lésbicas [...] uma porção de gente aí engajada na LBL, né? [...] A Liga Brasileira de Lésbicas é uma entidade que luta pelos direitos das lésbicas em várias instâncias, tem também o pessoal trabalhando em Brasília, em todos os lugares aí do País [...]. Ano passado eu tive em Porto Alegre, numa reunião da LBL, pra se fechar determinadas regras de funcionamento da LBL [...]. E me incomodou um pouco que logo de cara na reunião veio [...] você não podia ser lésbica independente [...]. Bom, começou com muito não, eu já pensei, gente, eu não tenho nem paciência pra muito não [...].

Conheci o pessoal da Liga Brasileira de Lésbicas, tenho contato com umas e outras em São Paulo, discuto bastante todas estas questões, não faço parte assim diretamente de nenhum movimento, mas, já tentei fazer, mas não, não me encaixei muito bem, porque as pessoas são muito, algumas são muito impositivas, eu não aceito muito imposição [...]. (CASSANDRA RIOS).

Dentre as demais entrevistadas, algumas não abordaram a temática das políticas públicas direcionadas para o interesse das homossexuais femininas, por desconhecerem qualquer projeto nesse sentido. Esse fato pode ser associado às observações de Portinari (1989), já referidas anteriormente, em termos de esquecimento da abordagem da homossexualidade feminina ao longo da história, salientando-se a ausência em estatutos legais, de relatos e de pesquisas no tocante à homossexualidade feminina. Isso geralmente é apontado como parte de um processo mais amplo relacionado à ausência da participação feminina no processo histórico e na produção cultural. Disso resulta o fato de que boa parte das fontes utilizadas em pesquisas sobre a condição da mulher e a homossexualidade feminina seja formada por textos escritos por homens e sobre homens, nos quais a referência às mulheres é quase sempre periférica.

Um dos sujeitos investigados, embora não tenha apontado alguma política específica para homossexuais femininas, fez referência à campanha relacionada à violência contra mulheres, que afeta tanto mulheres heterossexuais quanto mulheres homossexuais.

Nesse sentido, insere-se a recente Lei Maria da Penha (Lei nº 11.430, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º, do art. 226, da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil. A mesma lei dispõe acerca da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além de estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Tal lei, em seu art. 2º, deixa claro que, independentemente da orientação sexual da mulher, ela tem direito à proteção do Estado, diante de qualquer forma de violência:

Art. 2º Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, **orientação sexual**, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (grifos do autor).

Por sua vez, no art. 3º, parágrafo 1º, da lei em comento, prevê-se o desenvolvimento de políticas públicas que objetivem proteger a mulher das diferentes formas de discriminação:

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

§ 1º O poder público desenvolverá políticas que visem garantir os direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, **discriminação**, exploração, violência, crueldade e opressão (grifos do autor).

Apesar da quase inexistência de políticas públicas voltadas aos interesses da comunidade gay, a sociedade busca também outras formas de auxiliar as homossexuais femininas a buscarem seus direitos, bem como obter a condenação do preconceito. Dentre essas formas de organização social, Cassandra Rios aponta os grupos de discussão existentes na Internet que retratam o ativismo lésbico e as denominadas famílias alternativas:

Tem um grupo de discussões que eu gosto muito que, infelizmente, se quebrou [...]. Algumas pessoas assumiram o site e tem uma lista de discussão, que é bem bacana [...]. Elas fazem um trabalho de auto-ajuda, de conscientização, sabem levantar a auto-estima, de companheirismo, de contar a namorada, aquelas coisas todas, fazem um trabalho social, legal, entre elas. Mas assim sem nenhuma representatividade, né! E tem as famílias alternativas, que eu comecei a fazer parte na época que tava começando a Maria Rita, a Fulvia, o pessoalzinho lá, fizemos uma reunião lá em Limeira, depois eu vim aqui pra Florianópolis e as famílias alternativas viraram INOVA [...]. Então eu fico em contato pela internet com esse pessoal, eles me mandam coisas, quando eu recebo alguma coisa, eu mando pra eles [...]  
(CASSANDRA RIOS).

Ainda em relação a essas famílias alternativas e seus espaços de convivência, Kamashi salienta que elas se constituem como importantes meios de demonstração da naturalidade da homossexualidade feminina. Em outros termos, tais famílias, em seus encontros, procuram evidenciar que a convivência amorosa com uma pessoa do mesmo sexo é algo natural e inerente à condição humana, não devendo ser visto de modo preconceituoso:

[...] naquele momento, naquele lugar, tipo, andar de mão dada é normal, fazer carinho é normal, sabe, então são coisas assim que essas famílias vão mostrando pros seus filhos, que no mundo tem gente que gosta de gente do mesmo sexo, que não significa que ele tem que gostar, mas se gostar, não ta fora do mundo. Então eu acho que, ainda bem ta começando a ter esse movimento, embora tenha algum lado abusivo do movimento, tem o lado muito legal, né! (KAMASHI).

Ao abordar a questão das lutas homossexuais por direitos e pelo fim do preconceito e da discriminação, Ana Carolina entende que é necessário um movimento no sentido da busca pela igualdade de tratamento, não se procurando isolar os homossexuais masculinos e femininos em locais especialmente destinados a essas pessoas, mas, ao contrário, naturalizar a convivência dessas pessoas em qualquer espaço público.

Mas acho que o ideal é que pudéssemos nos sentir a vontade em todos os lugares públicos. A tendência em países mais liberais, como na Europa e alguns lugares dos EUA, é que não existem mais lugares exclusivos, mas cada vez mais mix pelo fato de ser gay não ser mais uma coisa “diferente” (ANA CAROLINA).

Outro fato importante em termos de movimentos sociais para eliminar a discriminação e o preconceito em relação à homossexualidade é a repercussão dessa questão na televisão brasileira, uma vez que a temática tem sido abordada, inclusive, em algumas novelas:

Acho que o uso de modelos positivos [...] nas novelas é um grande avanço. Quanto isso vai passar a sociedade em geral, temos que esperar pra ver, mas eu vejo que isso leva a uma maior aceitação. Melhor ainda seria que figuras públicas de respeito e bem conhecidas na sociedade se assumissem (ANA CAROLINA).

Em suma, importantes conquistas já foram obtidas pelas homossexuais femininas desde o início de suas lutas, sendo que a sociedade cada vez mais percebe a necessidade de discutir o tema. Todavia, muito ainda há que ser feito no intento de assegurar a devida igualdade de tratamento dessas pessoas que ainda sofrem com a discriminação, sobretudo quando pertencem às classes sociais desfavorecidas.

### **1.3 As paradas gays e sua importância para as homossexuais femininas**

O ativismo gay tem se tornado um movimento cada vez mais representativo no meio social. Na atualidade, esse movimento tem como sua principal forma de expressão as denominadas “paradas do orgulho gay”, que tiveram início no Brasil em meados da década de 90. No ano de 1995, em Curitiba, realizava-se uma das primeiras passeatas GLT, quando se deu a fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Essa passeata foi a

precursora das paradas gays do país. Contou com carros de som, bandeiras com as cores do arco-íris, travestis, *drag-queens* e transformistas, que percorreram o centro da cidade fazendo discursos.

Dessa forma, a partir desse pequeno movimento, que reuniu em torno de quinhentos participantes, iniciava-se no Brasil uma nova forma de protesto, cujo foco central consiste em mostrar que os homossexuais lutam por direitos e que não são uma parcela da sociedade que deve ser excluída. O grande impulso veio com a maior parada gay do mundo, realizada no ano de 2004, na cidade de São Paulo, no dia 13 de junho, contando com a participação de pelo menos 1,5 milhão de pessoas.

Em Florianópolis, em 9 de julho de 2006, foi realizada a primeira parada gay da cidade, com o nome de “Parada do Orgulho GLBTS (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Simpatizantes)”, apresentando como slogan: “Nem mais nem menos, apenas iguais!”. O evento contou com a participação da prefeitura da cidade, que cedeu espaço para a divulgação por meio de panfletos, orientações sobre sexualidade e prevenção de DST (Doença Sexualmente Transmissível), camisetas, bonés, trabalhos artísticos, além de fotos das travestis se arrumando para apresentações. O evento ainda contou com a participação de várias ONG’s, como o Instituto Arco-Íris e o GAPA (Grupo de Apoio e Prevenção a Aids), e de casas noturnas direcionadas para o público gay.

A semana que antecedeu o evento ficou conhecida como a “Semana da diversidade”, pois foram incentivadas as atividades de distribuição de material informativo sobre a homossexualidade para as pessoas em geral (FARIA, 2006).

O dia do evento foi marcado pela realização de passeata pela Avenida Beira Mar Norte, levando-se a bandeira com as cores do arco-íris, como símbolo do movimento, carros de som, além da presença de *drags queens*, que desfilavam entre as pessoas, celebridades que discursaram em favor dos homossexuais, contando com a participação de um grande número de pessoas. O evento foi encerrado com a realização de shows de *drags queens* e cantores. Nesse dia, a mídia também auxiliou na divulgação, trazendo reportagens contra a discriminação e o preconceito, entrevistando pessoas que estavam observando o movimento, além de anunciar que o evento já tinha se tornado parte do calendário da cidade de Florianópolis (FARIA, 2006).

Tem-se assim que, no País onde o homossexual ainda é visto como um leproso moral, onde os assassinatos e perseguições a homossexuais são visíveis, a parada do orgulho gay tem mostrado que amar fora dos padrões impostos pela moral e pelos bons costumes, não é crime e muito menos doença, mas apenas uma outra forma de amar .

Cabe aqui acrescentar o ponto de vista dos sujeitos entrevistados acerca da importância das denominadas “Paradas gays” ou GLBTS, que se constituem como uma das principais formas de expressão social do movimento homossexual, masculino e feminino. Cássia Eller entende que tais movimentos, embora sejam positivos, uma vez que despertam a população para a questão, criam a ilusão de que há uma aceitação da homossexualidade por parte da sociedade. Todavia, assim que termina a passeata GLS, ou seja, na convivência rotineira, o preconceito continua a se manifestar e muitas pessoas continuam a pensar que a homossexualidade, masculina ou feminina, é sinônimo de doença e de desvio sexual.

Outras entrevistadas também criticam a estereotipagem que prevalece nas paradas gays e GLBTS e o foco na questão sexual, o que é retratado com maior peso pela mídia. Apesar disso, reconhecem a importância de tais movimentos por trazerem à tona a questão da homossexualidade e levantarem o debate em torno do assunto, ainda que se constituam como uma “faca de dois gumes”: ao instigarem o debate e revelarem a existência da homossexualidade feminina, podem suavizar a questão ou produzir uma maior agressividade por parte da sociedade em geral.

Acho que ajudam até um ponto, mas infelizmente a mídia quando faz a cobertura das paradas tende a mostrar somente o estereótipo e o caricato. Quando tivemos a Parada de Floripa eu pedi a mídia presente na coletiva de imprensa que fizessem uma cobertura mais balanceada e de algum modo conseguimos (ANA CAROLINA).

Eu acho bárbaras, no entanto, tenho uma certa reserva em relação a espetáculo circense, me incomoda um pouco, sabe, aqueles gogo boys, aqueles garotinhos com a bundinha de fora sabe, fazendo uma exposição erótica muito forte, usam o erotismo do que é ser gay e lésbica [...]. Essa história de mostrar numa parada gay o aspecto sexual muito forte, me incomoda um pouco, mas, por outro lado, dizem que as paradas não têm patrocínio e quem patrocina essas muitas casas noturnas, onde tem esses rapazes e tudo mais [...], eu acho legal, um momento de visibilidade [...]. Eu acho que sempre ajuda um pouco, mas eu acho que ajuda no sentido das pessoas comentarem sobre isso, sabe, pelo menos se fala sobre isso, pode se falar. No momento em que você apresenta na televisão e que você apresenta uma parada, você expõe a situação, você expõe a ferida sabe, você mexe naquilo. As pessoas começam a comentar, seja para serem contra ou a favor, e muita gente acaba se posicionando, pessoas que nunca nem pensaram sobre isso acabam se posicionando de uma maneira ou de outra. [...]. É claro que é uma faca de dois gumes, se por um lado você ta provocando a discussão, por outro lado, também pode ta levantando mais homofobia (CASSANDRA RIOS).

As demais entrevistadas salientaram apenas os aspectos positivos das paradas gays, entendendo que eles se constituem como movimentos importantes de conscientização da sociedade em relação à aceitação da homossexualidade:

[...] É um espetáculo, eu acho! [...] É um passo, sabe, eu sempre acho assim, que os gays, não precisam ser abusivos, mas assim, como existe na sociedade pessoas que são um pouquinho mais centradas, porque aquela parte teatral que as drags fazem, é muito lindo, então são coisas assim, eu acho que vale pelos direitos, as crianças amam de paixão, é muito legal, porque nesses lugares, que nem no carnaval ali no [nome do bar], as famílias vão com seus filhos pra verem as performances [...] das drags e das bichas, entendeu (KAMASHI).

[...] acho que é uma boa manifestação, pra todo o país ver como que as pessoas são assim, que existe, que paga imposto [...], não tem um carimbo ali pra diferenciar dos outros, é tudo igual. O meu imposto eu pago igual a qualquer outra pessoa, tudo eu pago [...], então se eu tenho os deveres, porque que eu não posso ter os direitos? (CLAUDIA RAIÁ).

Além de atuarem no sentido de divulgar em meio à sociedade que os gays existem, despertando na sociedade a importância de discutir o assunto e entender que a sexualidade de uma pessoa não é motivo para qualquer tipo de discriminação, as Paradas gays também contribuem para que as pessoas assumam sua identidade homossexual.

Essa função de contribuir para que a pessoa supere preconceitos e medos e assumam a sua identidade sexual é apontada na fala dos sujeitos pesquisados:

[...] eu acho que estimula sim, pelo menos eu vi em mim, que o modelo de outras pessoas, pra mim, foi muito importante, pra de repente cair minha ficha. [...] pra mim isso foi muito, muito, muito forte, o modelo das minhas amigas, eu olhar, eu vê aquele modelo social, eu ter entrado na casa delas, eu ter visto que elas viviam como casal, que elas dormiam na cama de casal, que elas dividiam uma casa, que elas tinham uma coisa que era aquilo que eu queria, que não era aquilo que eu tinha. Então pra mim foi muito importante o modelo, e eu acho que essas paradas trazem pras pessoas sim, modelos de tranquilidade, de ta com a sua, não que isso obrigatoriamente mude a cabeça das pessoas, mas eu acho que pode trazer modelos, pode ajudar as pessoas a se assumirem, sim. Assumirem até nas suas famílias, outras eu acho que é um caminho que facilita (CASSANDRA RIOS).

Tem gente que sai do armário legal! [...] Tem pessoas que vivem a vida inteira enrustidas no armário, aí começam a ver [...] de repente, pra quem ta começando, ta com medo, é uma boa, é um incentivo, porque a pessoa se sente muito perdido, muito perdido. Assumir fora de casa, todo mundo consegue, assumir pra família é muito difícil (KAMASHI).

Eu acho que ajuda bastante, eu acho, eu acho que ajuda (CLÁUDIA RAIÁ).

Sem duvida, pela questão da visibilidade. Se você achar que só você é gay neste mundo, vai se assumir? (ANA CAROLINA).

Para algumas sim, é que tem o lance da família que talvez não aceita e o trabalho que talvez não deixe. Mas dá uma força sim (CÁSSIA ELLER).

Da mesma forma como as paradas gays contribuem para despertar na sociedade em geral uma maior consciência, sendo, portanto, importantes, as entrevistadas também destacaram a relevância dos ambientes GLS, que correspondem a espaços de convivência destinados a esse grupo social.

Ao serem questionados sobre tais ambientes, os sujeitos pesquisados em geral indicaram que os mesmos são fundamentais, apesar de estarem voltados para o público jovem e não atenderem de modo satisfatório às necessidades do público gay em geral. Além disso, uma das entrevistadas também pontuou a necessidade de a comunidade GLS se integrar à sociedade e freqüentar os lugares não destinados especificamente aos homossexuais femininos e masculinos.

Isso pode ser observado na fala dos sujeitos entrevistados:

[...] Eu acho bárbaro, bom eu acho os locais GLS absolutamente bárbaros [...]. Mas eu gosto de restaurantes, sabe que são ou GLS ou “gay friendly”, eu acho esses bares que a gente possa dançar, lugares que a gente fique absolutamente à vontade, de poder inclusive beijar na boca, sem ninguém ficar enchendo o saco, sem ficar aqueles olhares assim de casais, ou de senhoras, ou de senhores, aquela coisa. Então esses locais eu acho muito gostosos. [...] acho super importante, pra gente se sentir bem, se sentir a vontade, pra poder namorar tranqüilo sem essa coisa toda. Por outro lado, eu sou absolutamente a favor de ocupar todos os espaços. Outro dia uma amiga minha falou assim: ah isso aqui não é uma festa GLS, eu falei, ó, qualquer espaço é espaço GLS, tem que ser, sabe, a gente tem que ocupar esses espaços, por que senão você acaba se colocando numa posição de gueto! (CASSANDRA RIOS).

[...] Antes era um pouco mais legal, hoje é uma piazada toda metida. Sabe, como o mundo hoje dá mais abertura, então aquelas que estão começando, assim com 15, 16, ali 18 anos, eles estão se achando, é muito estereótipo, como sempre foram as boates, é muito estereótipo fazendo personagem, é muita azaração [...]. E também um lugar para a gente se soltar mais, porque um namorado legal no Mc'donalds no Bob's pode ficar lá trocando uns beijinhos na boa, se abraçando, se beijando, eu o máximo que eu consigo é um beijo no rosto e mesmo assim as pessoas olham [...] (KAMASHI).

[...] faz bem em termos, quero dizer assim, se você ta sozinha, livre, desimpedida, dando um role como se diz, ir num lugar desse, pode ser que você conheça alguém, essa coisa toda, mas as vezes quando você ta comprometido, quando você sai com essa pessoa, as vezes o clima fica meio... ficam situações meio delicadas, sabe! (CLÁUDIA RAIÁ).

Acho que eles só atendem a um segmento da comunidade, que é o gay jovem. Eu frequentei muito quando era mais nova, mas agora não vou. Mas acho que ainda é importante para quem está se assumindo para ver que existe muita “gente como a gente”. Como contraposição a isso começamos aqui em Floripa um grupo de aventura. É uma chance de pessoas gays se encontrarem fora do circuito noturno. E temos tido muito interesse (ANA CAROLINA).

Bom para conhecer pessoas, mas, sei lá, eu não curto ficar no meio de várias pessoas! (CÁSSIA ELLER).

Como se observa, a existência dos espaços GLS é fundamental, pois em tais locais os homossexuais masculinos e femininos podem conviver sem terem qualquer medo acerca de como os outros julgarão e condenarão seu comportamento. Porém, tais locais costumam ser freqüentados pelo público mais jovem, sendo que praticamente inexistem espaços adequados para as pessoas com mais idade. Ao mesmo tempo, a igualdade de tratamento e a completa integração social pressupõem a convivência dos homossexuais em qualquer lugar e não apenas em locais destinados aos gays e lésbicas.

Assim, tanto as paradas gays quanto os locais GLS constituem-se como formas de expressão social objetivam, em última instância, tornar a homossexualidade algo normal em meio à sociedade, fazendo com que o homossexual deixe de ser visto como alguém “diferente”, em virtude do simples fato de se relacionar com uma pessoa do mesmo sexo e não com uma pessoa do sexo oposto, conforme determina o padrão social.

## 2 CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO DAS HOMOSSEXUAIS FEMININAS

Este capítulo vem abordar a construção da identidade de gênero das homossexuais femininas, estando pautado, principalmente, nos dados coletados por meio da realização da pesquisa de campo<sup>7</sup>. A partir da análise dos dados, pretende-se esclarecer o processo de formação de identidade das homossexuais e como se dá à relação das mesmas com seus familiares, amigos e a sociedade em geral. Trata-se ainda da aceitação ao diferente, enfocando-se a questão do preconceito, e questão social existente em torno da homossexualidade feminina, sob a ótica do Serviço Social.

### 2.1 Assumindo sua identidade de gênero: um percurso sinuoso

Uma série de estudos já foram realizados com o fim de identificar as causas da homossexualidade, ou seja, como ocorre a construção da identidade de gênero por parte da homossexual. Algumas respostas direcionaram-se no sentido de mostrar que a homossexualidade tem sua causa situada na diferença dos cromossomos, portanto, uma causa genética, enquanto outras explicações encaminham-se para o desenvolvimento da criança, a educação dada pelos pais, a afinidade entre pais e filhos, entre outras razões.

A identidade de gênero da homossexual feminina é entendida por Stoller (1993) como sendo um estado psicológico que implica no envolvimento da essência da pessoa. Refere-se à mescla de masculinidade e feminilidade de uma pessoa, não tendo conotação com a biologia, mas sim com um comportamento psicologicamente motivado. Assim, ainda que a masculinidade combine com a qualidade de ser homem e a feminilidade com a qualidade de ser mulher, sexo e gênero não estão, necessariamente, vinculados de maneira direta. Ao assumir uma identidade de gênero diferente da sexualidade biologicamente determinada, a homossexual feminina enfrenta uma série de dificuldades, sobretudo o preconceito social.

A identidade de gênero tem sua origem ligada a um núcleo, uma convicção de que a designação do sexo da pessoa foi anatômica e psicologicamente correta. Essa identidade de gênero nuclear resulta da conjunção dos seguintes fatores: a) uma “força” biológica cuja

---

<sup>7</sup> Confira roteiro do questionário em Anexo.

origem se situa na vida fetal, na genética; b) a designação do sexo no nascimento, isto é, a mensagem transmitida pela aparência dos genitais externos do bebê àqueles que podem designar o sexo; c) a influência incessante das atitudes dos pais, sobretudo das mães, em relação ao sexo daquele bebê, e a interpretação dessas percepções por parte do próprio bebê; d) fenômenos “bio-psíquicos”, também vinculados às influências dos pais, como padrões habituais no manejo do bebê; e e) o desenvolvimento do ego corporal, ligado à quantidade e qualidade de sensações, principalmente as situadas nos genitais, que definem o físico e as sensações psíquicas do sexo da pessoa (STOLLER, 1993).

A partir desta ampla apresentação das causas da homossexualidade, no estudo de Stoller (1993), pode-se observar a grande dificuldade em definir identidade de gênero, gênero, sexualidade e sexo. A palavra sexo, segundo o autor, é a qualidade de ser homem ou mulher e se refere ao estado biológico, considerando-se as seguintes dimensões – cromossomas, genitais externos, gônadas, aparatos sexuais internos, estado hormonal, características sexuais secundárias e cérebro. Já a noção de gênero está relacionada a um estado psicológico, de masculinidade e feminilidade. O termo identidade, por sua vez, implica no envolvimento da essência da pessoa e se relaciona com o papel que cada qual desempenha em sociedade.

Grossi (1995) procura estabelecer um conceito de identidade sexual, destacando a necessidade de distinguir identidade de gênero de práticas afetivo/sexuais, uma vez que a sexualidade corresponde somente a uma das variáveis que forma a identidade de gênero. A sexualidade é concomitante a outros fatores que constituem a identidade, como os papéis de gênero e o significado social da reprodução.

Dessa forma, Grossi (1995) conceitua a identidade sexual diferenciando o que é sexo, gênero e sexualidade:

Além de diferentes formas de interpretar a situação das mulheres em nossa cultura, categorias como *sexo e gênero, identidade de gênero e sexualidade*, são tomadas muito seguidamente no Brasil como equivalentes entre si. De uma forma simplificada diria que *sexo* é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres, que *gênero* é um conceito que remete a construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de *papéis sexuais*), que *identidade de gênero* é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e que *sexualidade* é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados a atividade sexual dos indivíduos.

A partir do exposto, Grossi (1995) ainda pontua que não acredita na existência de um “terceiro gênero”, pois não existem mais de dois modelos de identidade de gênero, que

são o masculino e o feminino. A estes dois gêneros são acrescidas características diferentes em cada cultura, sendo a sexualidade mais uma composição dos modelos masculino e feminino.

O preconceito relacionado à identidade homossexual está ligado ao fato de que na sociedade a heterossexualidade costuma ser compreendida, afirma Portinari (1989), como um *já-ali*, como algo naturalmente presente desde sempre, sem que essa presença precise se anunciar. Diferentemente do que ocorre com a homossexualidade, a compreensão da heterossexualidade não se desencadeia a partir de um questionamento como “então eu soube que sempre fui”.

No caso da homossexual feminina esse problema torna-se mais intenso, pois, constantemente, ela tem sua autenticidade questionada. Conforme Portinari (1989, p. 71), enquanto que o entender da homossexualidade masculina passa pela afirmação “então eu soube que sempre fui”, a homossexualidade feminina é, por sua vez, um caso particular do *entender*, uma vez que sua autenticidade é sempre questionada, esperando-se que a mesma reconheça sua homossexualidade como um engano, uma fraude.

Portinari (1989, p. 79) acrescenta que “vê-se, pois, que o ‘então eu soube que sempre fui’ inclui um elemento persistente de ‘será que sou mesmo?’ É nesse sentido, principalmente, que a homossexualidade feminina acaba por direcionar o seu entender – tendo por meta a figura autêntica”.

Tendo por base essa realidade, pode-se afirmar que a dificuldade de aceitação é condição inerente ao processo de formação da identidade de gênero das entrevistadas, que se questionam acerca da autenticidade de sua orientação sexual. De modo geral, as mesmas manifestam receio da aceitação da homossexualidade em virtude do temor da reação social, mas não por causa de sua condição enquanto indivíduos. Em outros termos, não há propriamente uma dificuldade de aceitação da própria sexualidade, mas sim em virtude da reação das demais pessoas a essa sexualidade. Apesar desse temor, as entrevistadas não se deixaram reprimir pelos familiares e aceitaram sua orientação:

[...] foi muito fácil, quando me dei conta, eu me aceitei. Não tive nenhum dilema com isso (ANA CAROLINA).

No começo foi um pouco difícil, pois meus pais não aceitavam, mas depois eles aceitaram naturalmente, porque isso não é nenhum crime é um estilo de vida. Foi tranquilo a gente perceber e assumir é fácil (CÁSSIA ELLER).

No que tange a idade em que as entrevistadas começaram a perceber que apresentavam um comportamento homossexual, ou seja, desde quando passaram a identificar sua identidade de gênero, tem-se que este é um fator que varia de uma entrevistada para outra. Todavia, é consenso entre as mesmas o fato de que se reconhecem como sempre sendo homossexuais desde quando crianças. Embora só tenham percebido tal fato na adolescência ou quando adultas, admitem que seu comportamento quando crianças já apontava indícios de sua identidade sexual.

Tal aspecto pode ser percebido na fala das entrevistadas:

[...] foi uma descoberta, eu sempre fui gay, mas não sabia. A minha infância foi com certeza diferente da maioria das meninas que eu conhecia. Eu sempre brinquei com meninos, em vez de meninas, não tive interesse em bonecas etc. Mas eu só fui perceber a atração pelo mesmo sexo quando tinha 21 anos. Antes disso tive namoradinhos e um namorado sério por 7 anos (ANA CAROLINA).

[...] olha com 5 anos, eu lembro *direitinho*, eu era apaixonada pela dentista vizinha da minha avó, eu era enlouquecida por ela. Eu seguia minhas professoras na rua, eu saía da escola, ia atrás delas e meu coração batia... e eu não fazia a mínima idéia do que era aquilo! Eu achava a coisa mais linda, eu era apaixonadíssima pelas minhas professoras! E as amigas da escola, sempre tinha uma melhor amiga que eu era apaixonada, mas eu via que a minha paixão era diferente do carinho que elas tinham por mim, era diferente da amizade que elas tinham por mim, mas eu não sabia até que ponto, não sabia como, nem onde, nem nada. [...] eu que parecia um pouco mais... o que a gente chama de “panboy”, assim, masculinazinha, dentro do estereótipo... quando eu era menina, eu queria cortar o cabelo *Joãozinho*, assim *curtinho*, e queria brincar com coisas de meninos (CASSANDRA RIOS).

A gente sempre brinca com as amigas... (risos) com primas, aquela coisa toda, mas a noção exata do que era essa coisa, acho que não tinha, com certeza não tinha. Quando eu tinha onze anos de idade, é que eu comecei a me dar conta, mais ou menos do que realmente podia acontecer, só que a gente considera mais em torno de brincadeira [...], mas a gente sabe que tá fazendo *sacanagem*. Mas não é aquela coisa: agora você vai ser a minha namorada, não sei o que, nós estamos namorando [...] (KAMASHI).

Como se observa, desde a infância o comportamento das entrevistadas diferenciava-se da maior parte das meninas, uma vez que tinham preferências por brincadeiras que, de acordo com o padrão social, não são brincadeiras consideradas adequadas ao desenvolvimento de meninas. Assim, embora não soubessem reconhecer esse comportamento, o que só veio a ocorrer na adolescência, a tendência à homossexualidade já se manifestava desde a infância, como afirma a entrevistada:

Sempre preferia meninas. E até o pouco de brinquedo que eu brincava, eu preferia carrinho, bola, e rua, brincadeira mais livre, mais aberta. Casinha, bonequinha, essas coisas eu não gostava muito não! Isso desde pequena. [...] desde pequena eu sentia esse lado, mas quando aflorou bem tudo, eu já tinha lá, meus 16 anos, por aí, quando a coisa começou a se concretizar (CLAUDIA RAIA).

Esse comportamento corrobora as afirmações de Graña (1996 apud DIAS, 2004), segundo o qual é fruto de um determinismo psíquico primitivo, que tem origem desde a concepção até os 3 ou 4 anos de idade, quando se forma o núcleo da identidade sexual na personalidade do indivíduo, que irá determinar sua orientação sexual. Por ser involuntário, sustenta o autor, essa identidade sexual não poderia ensejar qualquer forma de reprovabilidade social ou jurídica.

Stoller (1993) pontua que a identidade sexual de uma pessoa não necessariamente está ligada ao seu sexo, ou seja, a sua condição sexual biologicamente determinada, pois a identidade sexual é psicologicamente influenciada, é uma convicção acerca da masculinidade e feminilidade. Em torno dos dois ou três anos de idade, quando se pode observar a masculinidade definida nos meninos e a feminilidade nas meninas, ela está estabelecida de tal forma que se torna praticamente inalterável. Os esforços no intento de modificá-la nos anos subseqüentes certamente resultarão em fracasso.

Apenas uma das entrevistadas admitiu que quando criança não apresentava qualquer comportamento diverso das demais meninas de sua idade, tendo vindo a descobrir sua homossexualidade posteriormente:

Minha infância foi como a das outras meninas, eu descobri que gostava do mesmo sexo quando eu fui dormir na casa de uma amiga, por um momento de excitação acabamos fazendo sexo e gostamos muito (CÁSSIA ELLER).

Um aspecto que merece ser salientado em relação às entrevistas efetuadas, em conformidade com o que já havia sido identificado por Sell (1987), é que os sujeitos entrevistados falam da descoberta de sua homossexualidade, e não de uma opção por ela. O contato, a prática homossexual feminina, torna-se um caminho a ser percorrido contra as expectativas familiares e sociais em geral.

Pode-se destacar ainda em relação a esse processo de assumir a identidade de gênero, que ele não é algo que ocorre de um momento específico para outro. Mas, ao longo da adolescência, são vários os momentos que fazem com que as homossexuais percebam sua

preferência afetiva por pessoas do mesmo sexo. Esse processo de identificação da sexualidade envolve, inclusive, relacionamentos com pessoas do sexo oposto.

Várias das entrevistadas, em virtude da pressão exercida pela sociedade, representada, sobretudo, pela entidade familiar, mantiveram relacionamentos de longa duração com pessoas do sexo oposto, até conseguirem descobrir sua verdadeira identidade social.

Eu lembro direitinho, tinha um amigo meu, que até hoje é meu dentista, super amigão, ele foi meu namorado um tempão! Foi um cara que eu namorei mais tempo, namorei um ano com ele [...] Aí eu fui num numa fazenda com ele, e ele quis pegar no meu seio... aí terminei o namoro [...]. Daí já descartei, terminei com ele, eu tinha, acho que 14 anos ou 15 anos. Depois disso, nunca mais namorei, só namorico... e sempre apaixonada pelas meninas, sem saber que era apaixonada por elas, achando que elas eram minhas amigas, eram pessoas queridas que eu queria a companhia, sem associar isso ao desejo sexual (CASSANDRA RIOS).

[...] estudei em colégio de freira a vida toda e aí começaram: tem que namorar, tem que namorar... acabei namorando, aí acabei engravidando, aí me obrigaram a casar. Aí desse casamento desastroso, de sete anos eu tenho dois filhos [...]. Por que na cabeça da gente criada num lugar desses, relação é entre homem e mulher (KAMASHI).

Não nego pra ti que tive namorados, mas era aquela coisa, que não tinha aquele ímã, né?! Não era aquilo que você tava procurando! Isso me afastava mais ainda e eu via que não adiantava insistir. Chegou uma época que eu cheguei a ficar noiva de um rapaz, mas tudo por questões de exigências - o meu pai dizia "ah mas não vai casar, aquela história, [a solteirona] justo, aquela coisa toda. Mas aí quando chegou na época mesmo, eu pensei: não é isso que eu quero, pra que que eu vou fazer isso? Vou estragar a minha vida e a do rapaz, pra que? Aí caí fora e deu. Nunca me relacionei a fundo com homem nenhum, não tem nada a ver, né! (CLAUDIA RAIA).

Nesse sentido, Sell (1987) salienta que desde as primeiras sensações de diferenças até o assumir e conceber essa diferença como integrante de sua vida, o sujeito passa por uma espécie de período de latência, onde todos os recursos são usados com o fim de afastar a hipótese de homossexualidade. Dificilmente um homossexual deixou de ter experimentado relações como o sexo oposto. No entender da autora, tal fato corrobora a hipótese de que a homossexualidade é uma opção, pois se assume o aspecto de revelação em sua manifestação, em seu exercício que compreende realmente uma opção pelo prazer, pelo afeto, pela espontaneidade de seus sentimentos.

Além disso, no processo de descoberta da identidade social, durante algum tempo, pode prevalecer uma confusão acerca de qual é a preferência sexual. Enquanto que para

algumas mulheres torna-se mais fácil assumir a sexualidade, para outras o processo é mais demorado:

Eu não posso dizer que eu sou uma pessoa homossexual, entende, eu sou assim: se eu me apaixono por uma pessoa, é aquela pessoa, não me interessa quem ela é, é a questão da paixão exatamente. Se eu gostar de ti, é de você que eu gosto, se eu gostar de um cara, é dele que eu to gostando no momento, não importa! Hoje que eu sou super madura, claro que eu sei o que me satisfaz, o que me completa mais. Hoje, por exemplo, eu acho que eu não teria mais nenhuma relação hetero, por opção mesmo. Mas na época, era assim, se eu me apaixonasse pela pessoa eu ficaria, só que aí eu comecei a ter amiga, sabe, a gente combinou de fugir junto... daí, como é que a gente ia ficar o tempo todo? Aí comecei a namorar um cara e o melhor amigo dele, namorava a minha “amiga”, entendeu? Então a gente sempre viajava, os quatro, tudo era os quatro, os dois viviam jogando bola, bilhar aquelas coisas todas, e a gente sempre juntas, foi ótimo (risos)! Até que engravidamos as duas juntas, aí foi muito legal, nós curtimos a nossa gravidez, aquela coisa toda, aí depois de um tempo a gente combinou de fugir... eu tinha 16, ela também, mas aí ela desistiu no último momento. Aí eu me separei, fiquei casada um tempão, sofri horrores no meu casamento, mas agüentei a situação sete anos (KAMASHI).

Pelo depoimento da entrevistada, observa-se que a descoberta da homossexualidade não se deu de um momento para outro, mas por meio de um processo de auto-conhecimento, descobrindo, aos poucos, as preferências sexuais, até prevalecer a homossexualidade.

Outro sujeito entrevistado, em seu relato, também aborda o fato de que, inicialmente, entendia que seu sentimento pelas mulheres era apenas o de uma amizade, pois gostava da companhia e do carinho das amigas, mas, em virtude da repressão, não se permitia pensar que tal sentimento de carinho pudesse estar associado a um desejo sexual. Essa mesma entrevistada também namorou e casou com um homem, mas, ao mesmo tempo, mantinha-se apaixonada por uma amiga, com quem passava a maior parte do tempo.

[...] conheci um pessoal de um grupo de música, tinha uma menina que era levantadora do time de vôlei [...]. E foi aí que eu conheci meu ex marido, nesse grupo. Aí eu me apaixonei pela Regininha, fiquei apaixonadíssima por ela, e sem perceber ela também, aquela historia, de uma negação tão grande! Andava com ela pra cima e pra baixo, ia pra todo lado, e ela comigo também... então tinha uma reciprocidade nesse sentimento de desejo e nessa parceria, sei lá o que é isso [...]. E aí meu ex marido se interessou por mim, eu me interessei por ele, [...] e eu comecei a namorar ele. E essa minha amiga, namorando um cara do esporte, e aí a gente sempre saía junto e tudo mais, mas nós duas sempre com aquela parceria bastante “homosocial”, eu e ela, quer dizer, nós dormíamos juntas, nós fazíamos tudo juntas [...] e é interessante que eu me lembro direitinho, eu deitada, abraçada com ela na cama, as vezes o coração disparava, sabe, disparado, mas a gente não

encostava uma na outra, só ficava dormindo, [...] mas um carinho muito grande, muito legal [...] (CASSANDRA RIOS).

Depois de se casar, Cassandra Rios passou a perceber que não tinha feito a escolha certa, pois não se sentia feliz ao lado do homem. Passou a admitir que tinha rompido um relacionamento de verdade, embora não entendesse por completo esse relacionamento, pois não o associava ao amor ou a paixão, para casar-se com um homem. Assim, foi preciso o envolvimento e a convivência com um homem, para que a entrevistada percebesse que realmente gostava dessa amiga, com quem havia perdido o contato em virtude de seu casamento.

Já com trinta anos, Cassandra Rios voltou novamente a praticar esportes na cidade onde morava e reencontrou a amiga, além de passar a ter contato com outras mulheres homossexuais que também integravam o time de handebol. Então, realmente percebeu sua verdadeira identidade sexual e resolveu se divorciar.

Aí pedi o divórcio, falei pra ele que eu queria me separar, mas não tava apaixonada por ninguém, eu só tinha visto que aquele mundo não era o mundo que eu queria, eu não queria estar casada, eu não queria estar amarrada a um cara, por dever de filho, de obrigações, nem nada, eu queria me separar. [...] aí eu conheci uma mulher [...], ela gostou de mim, e começou a ligar, ligava, ligava, e vinha atrás de mim, me procurava, e não sei o que, e vamo sair, vamo isso, e vamo aquilo... e aí alguém contou pra mim que ela tinha tido um caso com uma mulher, se eu ficaria muito chocada, se eu continuaria sendo amiga dela. Eu falei, claro que sim, por que qual o problema de ter tido um caso com uma mulher? [...] Aí começou a perguntar se eu não me interessaria... (CASSANDRA RIOS).

Aos poucos, Cassandra Rios passou a se envolver com essa mulher devido à empatia e amizade que existia entre ambas, apesar de admitir que não era apaixonada por ela. No início do envolvimento, a entrevistada reconheceu que achou estranho ter uma relação sexual com uma pessoa do mesmo sexo, pois era algo totalmente diferente:

[...] não sei, foi gostoso, mas também não era sabe, [...] eu achei estranho, por que é diferente de você, é outro corpo, é outro beijo, é outro cheiro, e outra coisa. Inicialmente eu estranhei um pouco sim, estranhei o toque, estranhei os cheiros... Não achava grande coisa, ficava meio... sabe, me dava um pouquinho de nojo. Mas eu acho que essa história tem a ver com paixão, por que eu não tava apaixonada! [...] Mas [...] a gente foi ficando próxima, e ela foi me cativando, ela foi me cativando [...], aí eu me apaixonei perdidamente por ela. E aí, pronto, aí mudou todo o aspecto da relação sexual, muda tudo com essa questão da paixão, de você quiser satisfazer outra pessoa sexualmente, e a outra pessoa quiser te satisfazer, tem que ter paixão! (CASSANDRA RIOS).

A partir dessa experiência amorosa, Cassandra Rios ainda se sentiu confusa por um bom tempo sobre sua real identidade sexual. Todavia, na atualidade, ela admite que se sente bem no meio de mulheres, principalmente em meio às amigas lésbicas, pois se identifica com elas, se sente segura, acolhida e tranqüila em meio a elas.

A partir do exposto em relação ao processo de construção de identidade sexual das entrevistadas, é preciso entender, conforme sustenta Dias (2004, p. 56), que na formação da identidade de gênero “as relações sociais são dinâmicas”. Sob essa perspectiva, não se pode mais pensar a sexualidade com preconceitos, levando em consideração conceitos pré-fixados pelo conservadorismo e impregnados de ideologia machista e discriminatória, que não mais deve prevalecer na sociedade humana.

De acordo com Sell (1987), independentemente das causas da homossexualidade e da heterossexualidade, se biológicas ou sociais, o que importa é que a diversidade da natureza humana é maior que as regras por ela criadas. Dessa forma, é preciso que padrões pré-estabelecidos permitam florescer as singularidades manifestadas em uma sociedade, tolerando-as e absorvendo-as de forma natural.

## **2.2 Relações das entrevistadas com a família, amigos e sociedade**

O processo de aceitação da identidade homossexual é freqüentemente marcado por conflitos com os familiares, amigos e com a sociedade em geral. De acordo com Grossi (1995), esses conflitos se devem, em grande parte, ao fato de que a maior parte das pessoas na cultura ocidental consideram a heterossexualidade, ou seja, atração erótica de indivíduos de um sexo pelos de outro como algo “instintivo” da espécie humana, cuja finalidade é a auto-perpetuação por intermédio da reprodução.

Os indivíduos que mantêm relações sexuais e/ou afetivas com outros do mesmo sexo costumam ser classificados em uma categoria que, de imediato, remete no imaginário ocidental à idéia de doença, perversão ou anormalidade. Isso significa, segundo Grossi (1995, p. 10) que a sexualidade, isto é, as práticas eróticas humanas, são culturalmente determinadas e padronizadas. E, enquanto tal, torna-se difícil aceitar algo que fuja do padrão cultural.

Sell (1987) afirma que as relações que norteiam, num primeiro momento, a vida do homossexual são as estabelecidas entre a mãe, o pai, e demais irmãos e, num segundo momento, com os parentes em geral. Enquanto integrante natural da família, a pessoa que se

percebe homossexual, seja masculino ou feminino, sente distinguir-se dessa família, justamente por não participar dos padrões sexuais propostos.

Dias (2004) sustenta que na maior parte dos casos a homossexual feminina não recebe nem o respaldo familiar, o que compromete a imagem pessoal, limita a auto-estima e dificulta a busca de integração, tornando-a alvo preferido do anedotário de uma forma degradante. Essa é a face mais perversa do preconceito.

Ao se considerar os dados coletados junto às entrevistadas, observa-se que, em geral, a aceitação por parte da família foi difícil. Mas aos poucos, as famílias foram aceitando e compreendendo a condição sexual das entrevistadas e, com o passar do tempo, a homossexualidade tornou-se algo mais aceito, embora não seja abertamente discutido. Assim, para evitar o conflito familiar, costuma-se omitir a abordagem da questão da sexualidade.

[...] meu pai começou a perceber que eu aparecia com meninas e não com rapazes, e aí acho que com o tempo, ele foi entendendo, mas nunca escancarei, entendeu? [...]. Meu maior problema foi com ela [a madrasta]. Com a minha irmã que mora aqui em Florianópolis, me dei bem, ela sempre soube, não tive maiores problemas. As minhas irmãs se dão bem com a [companheira], sem problema nenhum, a minha madrasta, digamos assim, engole, por que ficou esse clima assim... (CLAUDIA RAIA).

Foi difícil no início, mas as coisas melhoraram. Eu tenho uma companheira há anos e na casa dos meus pais nos recebem como casal, isto é, dormimos na mesma cama. Mas não discutimos isso de forma aberta, eles ainda tem muita dificuldade em aceitar plenamente e ainda mais de entender (ANA CAROLINA).

Acho que foi um grande choque, eu falei pra eles que estava gostando de uma amiga, foi como um choque para eles! Mas meu pai disse: se isso é o que você quer então seja feliz! Meus pais eles são meio loucos! (CÁSSIA ELLER).

A relação com a minha família é super tranqüila! Em relação a minha mãe, inicialmente, quando minha mãe desconfiou, imaginou que eu vivia com a [companheira] como casal, ela quase teve um treco, passou dois anos sem falar comigo. [...] meu pai, que era um sujeito fantástico, ele era muito legal. Ele devia estar super chateado também, mas ele tava segurando a chateação dele, por que são pessoas dos anos 30! Então, acho que pra ele era uma coisa mais leve, mas mesmo assim eu acho que ele devia se sentir meio estranho também, por que eu era a filha com a qual ele sempre se identificou, [...] ele confiava em mim então ele deve ter sentido uma certa culpa talvez, “que foi que eu fiz com essa filha?” Onde foi que eu errei? Mesmo assim, meu pai nunca cortou relações comigo (CASSANDRA RIOS).

A aceitação por parte da mãe já foi bem mais difícil:

Então, durante dois anos minha mãe não falou mais comigo e eu cortei ela da minha vida também. Ela parou de falar comigo, eu simplesmente parei de falar com ela. Dois anos depois, minha mãe liga pra mim, no meu aniversário, como se nada tivesse acontecido! Voltei a falar com ela e pensei: ou ela aceita, ou se não aceitar, problema dela, e continuei na minha [...] hoje em dia ela trata a [companheira] como se fosse a nora dela, numa boa (CASSANDRA RIOS).

Em relação aos filhos, já não deixa tão evidente sua homossexualidade:

Meus filhos... eu nunca escondi, mas nunca exibi, [...] meus filhos não são bobos [...]. Meus tios gostam muito de mim, todo mundo me chama pra ir as festas, todo mundo curte [...] a [companheira] já foi em festa de família, ninguém nunca abriu a boca pra falar um “A”, pelo menos não na minha frente. Minhas irmãs curtem a [companheira] (CASSANDRA RIOS).

Como se observa, dentro de uma mesma família podem existir reações diversas por parte dos familiares, e, enquanto que alguns integrantes aceitam a homossexualidade com maior facilidade, fornecendo o apoio familiar, outros relutam por um maior tempo, até que conseguem entender o que se passa na família.

O depoimento da entrevistada Kamashi evidencia um processo de aceitação por parte da família mais demorado, marcado pela presença de diversos problemas familiares, que se sucederam durante anos, até que os pais aceitaram a homossexualidade da filha:

[...] eu era casada, mãe de filho [...] a minha família pensou no que os outros iam dizer! O meu pai, um mestre em maçonaria, tem um padrão social na cidade maravilhoso! Então, aquela coisa, eu me retirei por causa deles entendeu. Como é que o pai ia explicar que tinha uma filha [...] sabe, a maçonaria é aquela coisa rígida, o meu pai é uma pessoa maravilhosa [...] chefe de não sei o que lá da área do centro de saúde da cidade, diretor do hospital não sei o que lá mil e uma coisa a mãe também uma professora! ...a mãe agora já morreu [...] uma professora graduadíssima, conceituada, e aquela coisa: “a filha dela saiu de casa pra morar com uma mulher!” [...] ,aí eu parei de ir lá na cidade porque as pessoas atravessavam a rua [...] pessoas que me conheciam desde a infância atravessavam a rua pra não falar comigo. A minha irmã mais nova que eu criei ela junto com meu filho mais velho, ela era proibida de vir na minha casa. [...] aí a minha mãe começou a ficar doente [...], aí eu virei a boa, entendeu? Depois de dez, onze anos é que eles foram falar comigo numa boa, entendeu [...], a minha irmã teve problemas com o namorado, com 18 anos, essa minha irmã [...], aí ninguém dava conta da guria, ela tentou se matar [...], com um telefonema eu consegui levantar ela [...] a minha mãe disse pra mim antes de morrer, [...] “assim que eu sair do hospital a primeira coisa que eu vou fazer é ir na tua casa, que eu nunca fui conhecer teu modo de vida” [...] meu pai, se dá super bem comigo, ele também precisou da minha ajuda por motivo de saúde, se sobrecarregou horrores [...] ele disse “nossa minha filha eu nunca imaginei que um dia tu ia poder me ajudar!” [...]. O pai sempre aceitou tudo, e a mãe também, na

casa dos outros é uma coisa, na casa da gente é fôda! É bem dramático, assim, eu acho que a gente tem que ser feliz e acabou (KAMASHI).

A partir do depoimento da entrevistada, pode-se notar que os pais preocupavam-se, essencialmente, com a reação da sociedade e das pessoas com quem se relacionavam diante do fato de vir ao público a notícia de que possuíam uma filha homossexual. Como bem salientou Kamashi, enquanto a homossexualidade era preocupação de outras famílias, o preconceito dos pais não era manifesto, mas a partir do momento em que se tornou algo que atingiu o próprio ambiente familiar, eles não souberam ser tolerantes com a orientação sexual da filha e respeitar a homossexualidade.

Há também a situação em que alguns familiares aceitam a homossexualidade, enquanto outros não a admitem no âmbito da família:

Alguns dos meus tios e tias não falam mais comigo, mas eu não me importo, eles podem pensar várias coisas, mas pra mim, é eles pra lá e eu no meu canto (CÁSSIA ELLER).

Outra entrevistada aborda em detalhes sua relação com os filhos e o preconceito que os próprios filhos sofrem no convívio social em virtude da identidade sexual da mãe. Embora ela não tenha explicitado abertamente com os filhos a relação que tem, admite que nunca escondeu a presença da companheira dos mesmos, somente é discreta e evita expor a relação com a companheira na frente dos filhos.

Cassandra Rios comenta o preconceito em relação aos filhos no convívio escolar e a forma como eles lidam com a relação existente entre ela e a companheira, salientando a questão do respeito do espaço de cada um em meio ao convívio familiar:

As vezes meus filhos falam, pergunto, e aí como é na escola? “Nossa, os meninos detonaram: sua mãe é macho! Não sei o que, sua mãe é homem! Ah, você é filho de sapatão!” Sabe essas coisas! Mas os meninos, sempre gerenciaram isso bem, de alguma forma, nunca tive nenhum problema com eles nesse sentido. [...] Dentro de mim passa a seguinte lógica: em primeiro lugar, eu não vou deixar de viver a minha vida, pra depois falar, olha, deixei de viver minha vida, por causa dos meus filhos, mentira! Nunca deixei de fazer nada, e sempre respeitei o espaço deles, eles sempre respeitaram o meu! Sempre foi ótima nossa convivência. Segundo, eu sempre deixei o espaço pra eles, super aberto pra que eles me perguntassem o que eles quisessem, sem pressioná-los a me perguntar e sem me sentir pressionada a sentar e falar: bom queridos mamãe vai dizer uma coisa pra vocês, mamãe é lésbica, achei que não tinha a mínima necessidade disso, isso é artificial, isso é bobo, não vou dizer assim, sei lá, tem gente que prefere fazer dessa forma (CASSANDRA RIOS).

Assim, apesar de não falar abertamente sobre seu lesbianismo, Cassandra Rios afirmou que à medida que os filhos foram crescendo e convivendo com ela e a companheira foram naturalizando a situação e desenvolvendo uma maior liberdade para conversar sobre a questão da homossexualidade feminina com ela. Passaram a perceber quando ela estava com problemas no relacionamento com a companheira e a abordar o assunto nas conversas familiares, como se observa na fala da entrevistada:

[...] aí eles começaram a falar naturalmente, um dia começaram a conversar “você não tá legal, você brigou com a [companheira], pois é” e aí a coisa foi fluindo, fluindo... esse, foi o último a saber, [indicando o filho que estava no computador], foi no ano passado, os meninos falaram pra ele: “vai dizer que ce não sabe que a [entrevistada] e a [companheira] são namoradas”? Aí ele ficou assim, “anhh?” Aí ele falou pra mim: “Poxa cara, vocês ficaram juntas nove anos e só agora que eu to sabendo, eu tinha onze anos quando você começou a namorar?” Eu falei, mas você também é devagar, quase parando, pra não ter percebido! “Ah pensei que vocês fossem amigas, cara!” Foi, tranquilo. Os meninos gostam muito da [companheira], se dão muito bem com ela, às vezes até chamam ela de mãe também, são super amorosos. Meu filho mais velho disse que até avisa as namoradas: “olha só que é o seguinte, minha mãe é lésbica, e você tem que aceitar que minha mãe é lésbica e tem que curtir, por que ela não vai fazer de conta que ela é outra coisa, você tem que gostar da minha mãe!” (CASSANDRA RIOS).

Apesar dessa abertura no contexto familiar, Cassandra Rios admitiu que sempre procurava preservar os filhos, evitando expô-los desnecessariamente na frente de amigos, sobretudo quando mais jovens. Assim, por exemplo, evitava deixar porta retratos com fotos dela e a companheira na sala para que, quando os amigos dos filhos viessem na casa dela, não fizessem chacota com os filhos.

Outro sujeito entrevistado também fez referência à importância dos filhos terem conhecimento do relacionamento, mas salientando a necessidade de preservar o espaço de cada um, no âmbito familiar, e manter o respeito em relação aos filhos:

Hoje nós já temos quase 16 anos de convivência! Temos um filho adotado de cinco, seis anos, o [nome do filho] e o [nome do outro filho] é inseminado, de um amigo meu, lá do [local de trabalho], ele é o pai biológico dele [...]. E a gente se dá super bem, e eu acho que a política é muito boa, porque a criança saber que tem o pai e a mãe que se dão super bem em duas casas, é melhor que conviver juntos brigando a vida toda, e se dá bem com essa relação toda também? Sem problema nenhum, porque quem faz o preconceito é o adulto! A criança não tem mistério! É claro que a gente [...] ninguém vai fazer demonstrações explícitas na frente de uma criança. Que é uma coisa que eu sempre falo, demonstração de carinho é uma coisa, sabe! E demonstração de sexualidade muito avançada é outra! Isso é claro que a gente não faz! Mas demonstração de carinho? Ele sabe que na vida tem

mulheres que gostam de homens, mulheres que gostam de mulheres e homens que gostam de homens! (KAMASHI).

Como se pode notar, a educação que os pais homossexuais procuram dar a seus filhos direciona-se no sentido de que estes, desde o início, percebam a homossexualidade como algo natural, inerente à condição humana, evitando que desenvolvam qualquer forma de preconceito em relação às orientações sexuais de outras pessoas.

No que diz respeito a relacionamento com os amigos, enquanto uma das entrevistadas assegurou que não tem mais as mesmas amizades de antes de se declarar homossexual, outras garantiram que os amigos aceitaram a homossexualidade das mesmas, dando inclusive o apoio necessário:

Não tenho nenhum mais [...]. O contato se desfez e eu não tenho mais nenhum, nada. Porque as pessoas, por exemplo, as minhas amigas quando souberam que eu assumi, caíram fora. Pensavam que se elas continuassem o relacionamento comigo, os outros vendo achariam que elas também são. Sabe, não é assim [...] ninguém brigou comigo, só simplesmente foram se afastando, e eu fiz novas amizades [...] e olha, 90% dos meus amigos são hetero, na verdade, inclusive as pessoas que eu atendo tudo a maioria não tem nada a ver, e as amizades que eu tenho mesmo, são todas hetero, não tenho nem um problema com isso (KAMASHI).

Isso foi bem mais fácil, eu ainda mantenho os mesmos bons amigos de quando não era assumida, principalmente amigos verdadeiros de infância e colegas de escola aos quais era mais chegada. Foi a um amigo de faculdade, quando contei, descobri que ele também era gay. Mas quase ao mesmo tempo contei a uma amiga de muitos anos, hetero, e nada mudou (ANA CAROLINA).

A primeira pessoa, a saber, foi a que eu estou morando com ela, ela me ajudou muito quando eu decidi assumir o relacionamento [...] com os meus amigos continua o mesmo (CÁSSIA ELLER).

No que tange a aceitação social, tem-se o relato de uma das entrevistadas que afirma serem ela e a companheira aceitas pelos colegas do trabalho, os quais respeitam a orientação sexual de ambas. O profissionalismo no desenvolvimento das atividades contribuiu para que conquistassem o respeito no ambiente de trabalho:

No meu trabalho também, a gente conquistou o espaço da gente, o [local de trabalho] inteiro sabe quem a gente é. Não foi fácil, claro! Na verdade, a gente conquistou o espaço mostrando o que a gente é profissionalmente. Dentro do trabalho, a gente nunca tomou algum tipo de atitude ou fez algum tipo de aproximação... então, foi onde a gente foi conquistando o espaço, eu não sei te dizer se a gente tem o respeito de todo mundo, mas pelo menos eles aceitam [...] (CLAUDIA RAIA).

Também Kamashi aborda a questão da necessidade de demonstrar um profissionalismo de qualidade para serem aceitas no local de trabalho e, ainda assim, diz que percebeu uma mudança de comportamento geral dos colegas de trabalho depois de descobrirem que ela era uma lésbica:

No serviço a gente tem que ser sempre a melhor possível, porque as pessoas te cobram mais. O teu filho tem que ser o mais bem educado, se não só podia ter sido criado por fulana! Aí no serviço é aquela coisa se não for a maravilhosa, 'ah só podia ser por causa disso mesmo entendeu', então é complicado pra caramba a gente tem uma responsabilidade bem grande nas costas (KAMASHI).

Na sociedade em geral ainda prevalece o preconceito em relação às homossexuais, dificultando o relacionamento entre as lésbicas e a sociedade. Nos depoimentos das entrevistadas evidencia-se, inclusive, o medo da reação da sociedade em relação à identidade sexual das mesmas. Todavia, para Cassandra Rios isso não é motivo para esconder a relação e a escolha sexual delas:

Não to preocupada, quando eu to com a [companheira] aqui ou quando eu tava com essa outra moça, saía com ela, saía de mão dada com ela, nunca me preocupei, vou sozinha nos bares, sentamos juntas, conversamos, eu nunca fui de ficar beijando na boca na rua, essas coisas, nunca fui. Então na verdade, não tem a ver com homofobia, eu realmente não sou de ficar beijando, sabe, mas de mão dada, ou de ta só com a pessoa, nunca me preocupei com isso, e continuo não me preocupando. Agora, medo, tenho, eu tenho medo sim, eu tenho medo de ser agredida, não verbalmente, pode agredir que eu me defendo, agora fisicamente, sim! (CASSANDRA RIOS).

Também Claudia Raia sustenta que apesar da existência do preconceito, ela e sua companheira procuraram conquistar um espaço na sociedade e não deixaram o receio tomar conta de sua vivência:

No início a gente sempre fica mais receosa, a gente não ta muito segura do próprio relacionamento e tal [...] mas hoje em dia a gente já ta bem segura, a gente tem o nosso espaço, conquistamos o nosso canto, como se diz, "não dever nada pra ninguém", nos sustentamos, temos os nossos filhos ... então hoje em dia, não. Claro que quando a gente vai em lugares heteros a gente procura não ter muita aproximação pra não agredir, pra não sentir que pese o clima, entendeu? Mas, assim, [...] tipo dançar junto, esses tipos de coisas, a gente faz! Ninguém nunca protestou, tipo, mandou tirar esse tipo de coisa, não... (CLAUDIA RAIA).

Já outra entrevistada procura não revelar sua homossexualidade, para preservar a companheira. Mesmo assim, ela percebe o preconceito no local de trabalho, que nem sempre é manifestado de forma aberta, mas pode ser percebido em alguns comentários e no comportamento das pessoas:

[...] já sofri muita perseguição, sim, no trabalho, por causa disso, as pessoas quando sabem realmente do meu relacionamento, elas falam por trás... lógico na minha cara ninguém fala nada [...] o pessoal não tem noção exata com quem eu vivo, nem nada e também eu não preciso falar se eles perguntam “tu é casada?” Digo, não eu sou divorciada, mas eu moro com um alguém, eu tenho uma pessoa entendeu, e tipo assim eu nunca falo “o meu marido”, e também nunca falo na [companheira], se quiserem pensar que pensem, eu não preciso falar, se perguntarem eu vou dizer, se não, não [...] (KAMASHI).

No local trabalho, é sempre preciso tomar mais cuidado que as pessoas não homossexuais ao se tratar dos relacionamentos. Enquanto as pessoas heterossexuais abordam problemas de relacionamento com os colegas de trabalho, manifestando sentimentos de satisfação e insatisfação em relação a companheiros e companheiras, as homossexuais não têm espaço para abordar esse tipo de problema e precisam sempre evidenciar um desempenho superior aos demais:

[...] dentro da nossa área de trabalho, por exemplo, a gente nem se toca, é aquela coisa assim, se eu for beijar e abraçar todas as minhas amigas ou colegas, ninguém vai ver nada. Agora se eu tiver perto dela, nem que seja só com a mãozinha no ombro, como eu faço com qualquer amiga, aí com ela eles já vão associar [...]. A gente nunca brigou, de ta falando no celular que nem todo mundo faz com os maridos, ou briga com o namorado, chega chorando, a gente tem que ter um comportamento muito cuidadoso, pra impor o respeito (KAMASHI).

[...] a gente nunca misturou as coisas, nunca! Entrava pra dentro do [local de trabalho] era o nosso lado profissional, já trabalhamos juntas no mesmo setor, no mesmo horário sem problema nenhum. Então eles começaram a ver isso! Que a gente não misturava as coisas, é a gente não faz isso pra, se não tu não ganha espaço. Se tu começar a agredir muito, tu não ganha [...] (CLAUDIA RAIA).

Uma das entrevistadas pontua justamente a dificuldade de estabelecer um relacionamento e uma convivência pacífica com a sociedade em geral, em virtude do preconceito:

Difícil é conviver com as pessoas na rua, eles olham pra você como se fosse algo desprezível. O difícil como já te disse são as outras pessoas. E preciso ter a mente muito aberta para se assumir [...] (CÁSSIA ELLER).

Cássia Eller, ao abordar a questão do relacionamento da homossexual com a sociedade em geral, destaca o fato de que prevalece um conceito estereotipado dos gays. Isso faz com que as pessoas não consigam identificar o real número de pessoas homossexuais, entendendo que esse grupo social é composto de uma pequena minoria. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que isso dificulta a aceitação por parte da sociedade da homossexualidade, pois se tivessem conhecimento da extensão dessa comunidade, certamente se tornaria algo mais rotineiro e habitual, diminuindo, aos poucos o preconceito.

Acho que não vê, na verdade. A sociedade tem uma imagem estereotipada que se aplica a somente à algumas mulheres gays, mas não tem noção dos números existentes e da diversidade da comunidade (ANA CAROLINA).

Em suma, pode-se notar que em relação às famílias, embora no início a revelação da homossexualidade feminina seja motivo de divergências familiares, com o passar do tempo, as famílias passam a aceitar a identidade sexual das filhas. Todavia, a sociedade ainda tem muita dificuldade de estabelecer um comportamento normal diante da presença de uma homossexual. Prevalece sempre uma reação de desconfiança, tanto por parte da sociedade, quanto por parte das próprias homossexuais que temem essa reação social e, por isso, muitas vezes privam-se da liberdade de ir e vir para evitar o embate diante da sociedade.

### **2.3 Aceitação ao diferente: “amor e preconceito”**

O preconceito e a dificuldade de aceitação daquilo que é diferente do padrão, ou do que a maioria considera como correto, é algo inerente à sociedade. Os limites que a sociedade coloca àquilo que é permitido, sustenta Sell (1987), são tão estreitos que a existência de desejos diferentes em relação ao padrão estabelecido, é fator ameaçador de exclusão e de isolamento.

Essa questão torna-se mais problemática quando se trata da homossexualidade feminina, pois, conforme sustenta Portinari (1989), os noticiários em geral, ao abordarem o tema “homossexual”, o fazem sempre em relação à homossexualidade masculina, como se

não houvesse outra. Todavia, é preciso reconhecer que nem sempre há uniformidade e que o processo de aceitação do diferente, no caso da homossexualidade feminina, diverge da homossexualidade masculina. Muitas vezes, os desejos e necessidades de ambos são diferentes.

A exclusão e o isolamento fizeram-se presentes em alguns momentos da vida de uma das entrevistadas:

[...] em termos de escola, essas coisas, eu era muito retraída, eu nunca fui muito de me expor, sempre procurei ficar no meu canto, se pintava alguma coisa sobre o assunto, eu sempre ficava no meu canto [...]. Eu sempre ouvia essas coisas horríveis, [...] então pra evitar que eu já via essas situações, você com a convivência do dia-a-dia, tu vai vendo, principalmente em escola em trabalho tu vai vendo o que as pessoas julgam nesse sentido, então eu já procurava me retirar pra não [sofrer], pra não ouvir o que não queria ou pra não gerar uma polêmica (CLAUDIA RAIÁ).

Essa questão do preconceito pode ser observada diretamente na fala dos sujeitos entrevistados, evidenciando a dificuldade que a sociedade possui de aceitar aquilo que diverge dos padrões culturais:

[...] a gente sempre sofre uma pressão muito grande, interna e externa, mesmo que a gente não queira, a gente sofre pressões de todos os lados, por ser mulher, por ser lésbica, por não poder falar no trabalho, por sofrer discriminações diversas, em vários momentos, piadinhas, você tem que escutar essas coisas [...] (CASSANDRA RIOS).

Às vezes rola um preconceito mais não sempre, olham, falam de você, às vezes é muito difícil agüentar, [...]. (CÁSSIA ELLER).

Assim, quando a pessoa homossexual é identificada como tal, percebe-se vivendo no que pode ser denominado de “corda-bamba”, situação em que vai ser apontado como homossexual antes de mais nada e vai ser identificada pela sua orientação sexual como uma segunda natureza (SELL, 1987).

Sell (1987) ainda acrescenta que a tendência da sociedade, com base em suas normas definidas de comportamento social, é de repelir os indivíduos não ajustados a elas. Em virtude disso, a aceitação ou mesmo a participação social do sujeito homossexual é restringida. Sempre que se dá a existência de padrões estabelecidos, há sujeitos adaptados a eles, e os que se desviam dos mesmos.

Uma das formas de evidenciar o preconceito e restringir a participação social do homossexual é, por exemplo, a demissão do emprego:

Preconceitos são vários, [...] uma amiga perdeu um emprego logo quando assumiu, eles disseram que lá não aceitavam lésbicas! (CASSIA ELLER).

Embora as homossexuais femininas tenham consciência da existência do preconceito, o que as leva, em algumas situações, a preservar sua identidade sexual, ao mesmo tempo, elas reconhecem a necessidade de buscarem seu espaço em meio à sociedade. Para tanto, elas precisam aprender a lidar com as diversas formas de preconceito para que possam superá-lo.

Uma das entrevistadas destaca a necessidade de introduzir, aos poucos, a questão de sua homossexualidade em meio à sociedade para que se consiga alcançar o direito de ter o respeito das pessoas pela identidade sexual:

Se a gente não ocupar os outros espaços com a nossa presença, com a nossa, educação, com a nossa forma de ver as coisas, com a nossa presença física, né, a gente nunca vai sair do espaço do gueto [...] Eu quero ocupar esses espaços, eu tenho direito de ocupar esses espaços e qualquer outro que eu queira, né! Eu gostaria de ter o direito, infelizmente ainda não sei até que ponto eu posso pensar nisso, mas no meu trabalho, por exemplo, eu gostaria de poder ir a um churrasco do meu trabalho com a minha companheira, nesse momento eu ainda piso em ovos no meu trabalho em relação a isso. Embora eu não esconda nada, mesmo porque dizem que ta estampado na minha cara [...] (CASSANDRA RIOS).

Outra entrevistada também destaca, que no início, quando as pessoas ficam sabendo da homossexualidade, elas tratam as homossexuais de forma preconceituosa, mas com o passar do tempo vão se acostumando com a situação e aceitando a diferença. Assim, aos poucos, elas foram desenvolvendo uma liberdade social e participam dos eventos sociais, sobretudo os relacionados ao filho:

A gente é convidada pros aniversários das crianças, hoje a gente é, antigamente ninguém convidava [...]. Sabe, aquela coisa assim das colegas irem todas pro shopping e a gente não é convidada, que tipo assim, “se eu ando contigo, eu sou!” Aí começou a passar essa história, se tu é bem resolvida, não me interessa, entendesse? Não interessa pras outras pessoas, mas hoje não, hoje a gente vai nos aniversários, casamentos, tudo que tu imagina a gente vai, meio que como a mãe e o pai do [nome do filho], então é legal, é legal (KAMASHI).

Porém, as dificuldades enfrentadas ao assumir a homossexualidade, ou seja, ao divergir de um padrão social estabelecido são diversas. Ao serem questionados acerca da

maior dificuldade que passou antes de depois de assumir a homossexualidade, os sujeitos pesquisados apontaram diferentes problemas.

Cassandra Rios destacou o fator ansiedade em conhecer novas pessoas, depois que assumiu a homossexualidade e os problemas de um relacionamento homossexual, marcado brigas, ciúmes e alcoolismo, chegando ao ponto de vender objetos materiais para sustentar o vício da companheira.

Em seu depoimento, Kamashi ressaltou o preconceito e, em virtude dele, a perda da guarda dos filhos depois que assumiu sua homossexualidade e passou a viver com uma companheira. Além disso, sofreu também com a queda do nível de vida e várias agressões a mando de seu ex-marido:

[...] eu me separei, fui morar com ela em Caxias do Sul. Nós passamos horrores de trabalhos, muito, muito, além do preconceito, outras coisas. Eu saí também de um padrão de vida super alto e fiquei no zero, sabe, e comecei tudo, a vida toda mudou completamente, perdi a guarda dos filhos por causa disso, a única juíza da vara, da cidade, ainda era prima dele [ex-marido] [...]. A minha família, na época, apoiou ele. Eu acho um absurdo, eu fiquei mais de dez anos sem falar com a minha família, só quando eu ia ver meus filhos, e tinha que ser em lugar neutro [...]. Foi horrível, a gente sofreu muito, muito, muito. [...] Aí a gente veio embora pra cá [...]. Mas ele descobriu onde eu morava, veio pra cá com um revólver, me levou de volta algumas vezes, chegando lá, me levaram pra um sítio, fiquei presa, presa entre aspas, mas fiquei presa sem condução sem nada pra vim. [...] depois aqui ele veio com uns caras [...], veio com um dos capangas dele lá, e bateu nela, mandou o cara segurar pra bater nela [...] (KAMASHI).

Para conseguir viver livre das agressões e poder continuar vendo os filhos, Kamashi sentiu-se obrigada a esconder sua relação com a companheira e, para tanto, contou com a cumplicidade dos filhos:

Depois disso a gente trocou de endereço, menti que tinha me separado dela. Toda vez que as crianças vinham pra cá, eu fiquei com uma coisa de cumplicidade com meus filhos, os mais velhos gostam dela horrores, então eu digo, vocês vão ter que mentir! Não é o feitio que a mãe quer, mas pra vocês virem pra cá, ficar com a gente [...]. Aí vinha uma irmã dele junto, aí ela saía de casa, a gente tirava tudo que era dela, os filhos ficavam dois dias, depois iam embora, e via, “ah ela não ta mais”. Aí nós tínhamos um amigo, [...] assim que passava de meu namorado, pra fazer o lance que eu não tava mais com uma mulher (KAMASHI).

Ao abordar as dificuldades enfrentadas antes e depois de assumir a homossexualidade, outros sujeitos investigados apontaram o medo do preconceito da família.

É, aquela coisa, eu tive que guardar minhas coisas e me mandar, pra poder assumir tranqüila, pelo menos tava bem longe da família, pra não correr riscos, digamos assim. Que do jeito que eu fui pressionada, a coisa ia cair nos ouvidos do meu pai, ia ser horrível. [...] E depois, é conquistar o espaço, né! (CLÁUDIA RAIA).

Antes de me assumir? Eu tinha um namorado, pelo qual eu tinha muito carinho e me assumir significou magoá-lo. Depois de me assumir? Lidar com a distância da família. Hoje em dia minha maior dificuldade é com questões legais. Tenho uma companheira inglesa e temos que lutar para mantê-la no Brasil. Se fôssemos heteros teríamos casado há muitos anos e não teríamos problema nenhum (ANA CAROLINA).

Foi mais um medo de como meus pais iriam reagir (CÁSSIA ELLER).

Como se observa, as dificuldades com as quais os sujeitos entrevistados necessitam lidar, tanto antes quanto depois de assumir a homossexualidade, são fruto do preconceito enraizado na sociedade, o que resulta, por exemplo, na falta de direitos para os homossexuais.

Ana Carolina, em seu depoimento, considera como sendo mais problemático em termos de preconceito o estereótipo que prevalece como sinônimo de homossexualidade em meio ao senso comum. A homossexualidade feminina não é vista como algo normal e inerente a condição humana, mas como aquilo que foge do padrão, que se constitui como uma “aberração”:

Acho que é de novo a questão de estereótipo, que somos “machorras” ou que somos assim porque não encontramos o homem certo. É sempre uma visão pela ótica machista da sociedade, por isso acho que homens gays são mais aceitos do que mulheres gays. É uma aberração, sendo que podemos e queremos viver sem um homem ao lado (ANA CAROLINA).

O preconceito atribuído pela sociedade em relação às entrevistadas faz com que as mesmas busquem a ajuda profissional, para aprender a lidar com as diversas formas de discriminação presentes no meio social em que vivem:

Estou fazendo terapia, tenho uma terapeuta super legal, vou toda semana, acho o apoio da terapia essencial, fiz várias vezes em São Carlos, tive duas terapeutas, e agora to com a Michele aqui, que é bem legal. Acho o apoio essencial [...]. Todo mundo precisa de uma forcinha pra saber como que resolve isso, aquilo [...] (CASSANDRA RIOS).

A aceitação do diferente torna-se mais facilitada quando se pode contar com a ajuda profissional. Cassandra Rios ainda afirma que esse auxílio contribui para o rompimento

da noção estereotipada, o que é fundamental para que os homossexuais sejam aceitos em meio à sociedade:

[...] essa história de não definir é bárbaro [...] é não definir e não rotular. Essa história de identidade fixa, a Butler [autora feminista] já dizia que é um problema sério, então a identidade é importante numa luta política, mas ao mesmo tempo é importante você desestabilizar essa questão identidade. Então eu acho que a gente tem que estar desestabilizando isso, e eu acho bárbaro, essa coisa do estereótipo já tá se quebrando (CASSANDRA RIOS).

Outra entrevistada assegurou que sofre um preconceito maior em virtude de sua religião do que pelo fato de ser uma homossexual feminina, como se observa:

Eu sofro muito mais preconceito se eu falo que sou mãe de santo [...], tanto que no [local de trabalho] o pessoal sabe que eu sou africanista e esotérica mas no [outro emprego] eu sou esotérica e espírita, porque se eu falar que eu sou mãe de santo, pronto, o pessoal tem uma idéia completamente errada, já acham assim que eu sou a rainha do feitiço.[...] a minha chefe já tentou fazer várias coisas. Aí eu chego e digo assim, escuta aqui querida, eu [...] sou só um contra-cheque como você, tem alguma coisa funcional que tu não goste de mim? Eu não to dando conta de alguma coisa no meu trabalho? Não, se eu não sou uma ótima funcionária, pelo menos boa, eu sei que sou, então tu não pode dizer nada, o que eu faço daquela porta pra fora é problema meu [...] (KAMASHI).

Portanto, pode-se notar que o preconceito se revela de diferentes modos na sociedade, seja em relação à sexualidade do indivíduo, à religião ou qualquer outra escolha que se estenda para além daquilo que é culturalmente padronizado. Muitas vezes, em virtude desse preconceito, o indivíduo termina por se isolar, já em outras situações, ele procura enfrentar a situação e luta por sua aceitação social.

## **2.4 Homossexualidade feminina: uma das expressões da questão social**

A questão social, conforme esclarece Iamamoto (2002), é indissociável do sistema de organização vigente na sociedade capitalista, estando relacionada às desigualdades que prevalecem no meio social. Não compreende, portanto, apenas uma desigualdade econômica e política entre as classes, mas também cultural, manifesta por meio da presença de disparidades nas relações de gênero, etnias e formações regionais, implicando no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais, político e aos direitos humanos.

A questão da organização das homossexuais femininas, no intento de lutarem por seus direitos e para terem sua identidade sexual respeitada na sociedade, encontra vínculo direto com a atividade do Assistente Social, pois a comunidade homossexual se constitui como uma forma de expressão da questão social. De acordo com Yamamoto (2002), os Assistentes Sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos.

Assim, o fato de as lutas homossexuais serem relacionadas, mormente, à sensibilização contra o preconceito e iniciativas de discriminação, bem como de políticas públicas que diminuam a desigualdade de tratamento entre os homossexuais e os heterossexuais, torna o grupo homossexual objeto de estudo do Serviço Social. A atuação do Assistente Social deve dar-se no sentido de contribuir para a inclusão social das homossexuais femininas, tendo em vista o alcance do preceito constitucional de igualdade perante a lei, do bem-estar social e da universalização dos direitos sociais.

Nas palavras de Yamamoto (2002, p. 32), “torna-se fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública”.

Um dos objetivos da assistência social, conforme dispõe o inciso III, art. 2º, da Lei nº 8.742, de 7 de setembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – que dispõe acerca da organização da Assistência Social, consiste em promover a integração ao mercado de trabalho. Conforme se pôde observar por meio da realização da pesquisa de campo, um dos locais em que os sujeitos investigados enfrentaram preconceito é justamente no ambiente de trabalho, sendo que ocorre casos nos quais, apesar de serem competentes, as homossexuais, ao assumirem sua identidade, são demitidas ou constantemente cobradas pelos superiores. Isso se constitui como uma evidência do preconceito e cabe ao Assistente Social atuar no sentido de reduzir essa discriminação no ambiente de trabalho, para que a homossexual feminina se mantenha integrada ao mercado de trabalho.

Na justificativa da atuação do Assistente Social em favor da homossexualidade feminina, há que se considerar também os princípios da assistência social, elencados no art. 4º, da LOAS:

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

- III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

A partir de tais princípios, observa-se que cabe ao Assistente Social contribuir para que a questão da homossexualidade seja esclarecida em meio à população e, possa ser percebida, como uma orientação sexual que não está relacionada a qualquer tipo de doença. Com isso, o Assistente Social estará contribuindo para o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e à convivência comunitária, sem discriminação de qualquer natureza.

O Assistente Social pode ainda atuar no sentido de desenvolver estratégias de divulgação das políticas públicas direcionadas à inclusão das homossexuais e redução do preconceito social, como é o caso do “Programa Brasil sem Homofobia”.

As ações do Serviço Social, em termos de contribuição para dirimir os problemas que cercam as homossexuais femininas, devem permitir a participação da população interessada, por meio de organizações representativas, na formulação de políticas e no controle dessas ações, incentivando a cidadania, segundo dispõe o art. 5º, inciso II, da LOAS. Isso é fundamental, pois, muitas vezes, como identificado na realização da pesquisa de campo, as homossexuais desconhecem as iniciativas em termos de políticas públicas direcionadas para a satisfação dos interesses sociais das mesmas.

Nesse sentido, dispõe o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, que é dever desse profissional contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais, assegurar a plena informação e discussão acerca das possibilidades e conseqüências das situações apresentadas e democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional (art. 5º, a), b) e c)).

Ao se levar em consideração o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, cabe salientar que é compromisso profissional do Assistente Social empenhar-se no sentido de eliminar todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. Esse é um princípio fundamental que deve guiar a atuação do Assistente Social, aplicando-se ao caso das homossexuais femininas que são vítimas de diferentes formas de preconceito no conjunto das relações sociais.

Outro princípio que está associada à função do Assistente Social na questão da exclusão da homossexual feminina é o que determina a necessidade de reconhecer a liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes. Dessa forma, enquanto cidadão livre e autônomo, deve-se permitir ao homossexual que siga sua orientação sexual, assegurando-se ao mesmo a plena expansão enquanto indivíduo que, da mesma forma que os heterossexuais, integra a sociedade.

O Assistente Social, no exercício de sua profissão, deve se preocupar com a reinvenção do cotidiano, comprometendo-se com a construção e difusão da liberdade em termos práticos.

O profissional atua no sentido de dar um novo sentido ao que parecia fatalidade, tornando a situação de fato uma nova realidade, decorrente de uma nova ação. Chauí (apud PAIVA e SALES, 1996) sustenta que a força transformadora, ao tornar real o que se admitia somente como possibilidade, incentiva o surgimento de uma luta contra a discriminação sexual.

Também cabe ao Assistente Social, em sua atuação, levar em conta o princípio segundo o qual não pode ele discriminar, em virtude de orientação sexual, ou qualquer outro fator (classe, gênero, etnia, religião, nacionalidade, idade e condição física). Portanto, o profissional pode “participar da reinvenção concreta de uma nova sociedade, baseada na justiça social e na solidariedade, na realização prática dos direitos de cidadania, sem qualquer tipo de exclusão” (SADER apud PAIVA e SALES, 1996, p. 22).

Outra importante contribuição por parte do Assistente Social, visando a integração social e a aceitação da homossexual feminina, é a realização de estudos e pesquisas na área. O item d), do art. 5º, do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, prevê o desenvolvimento de informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que tais informações possam ser empregadas no fortalecimento de seus interesses. Nesse sentido, Magalhães (2000) salienta que a realização de pesquisas e estudos por parte do Assistente Social, implica também na responsabilidade ética e social de chamar o Estado para o centro da sociedade, como principal gestor das políticas públicas direcionadas para a diminuição da exclusão social e do desrespeito aos direitos fundamentais.

O desenvolvimento da sociedade, conforme sustenta Boff (1999), não deve privilegiar somente os mais fortes, mas atender às demandas de todos. Inclui-se aqui as demandas, em termos de direitos, das homossexuais femininas.

Dessa forma, importa ao Assistente Social interferir na estrutura social, ou seja, nos padrões de organização social, segundo a qual os indivíduos obedecem, em suas ações, a

um padrão no que concerne a sua posição na interação. Em outros termos, as pessoas agem segundo posições que ocupam na estrutura social e essas posições têm normas a elas vinculadas, que lhes dizem o que fazer e o que não fazer (CHARON, 2000).

Muitas vezes essa estrutura social motiva o preconceito, quando a pessoa se desvia do papel social que sua posição lhe impõe, perturbando a interação da qual deseja participar. Aprende-se a rotular a pessoa segundo a posição da mesma, assumindo-se expectativas com respeito a ela (CHARON, 2000).

Nesse sentido, Charon (2000, p. 65) acrescenta:

As pessoas acabam por concentrar suas expectativas sobre o comportamento não no próprio indivíduo, e sim na posição que ele ocupa na interação. Os sociólogos empregam o termo *normas* para se referir às expectativas que as pessoas têm umas em relação às outras. Uma norma pode ser informal e ter sido simplesmente adotada por acordo entre pessoas de uma díade ou grupo, ou pode ser formal, registrada por escrito em um conjunto de regras, em um constituição, carta régia ou contrato [...]. Uma norma pode ser violada e acarretar apenas uma ligeira desaprovação [...] ou pode ser punida com multas, prisão e até mesmo a morte.

O Assistente Social, ao trabalhar com a homossexualidade feminina, como uma expressão da questão social, necessita compreender essa estrutura social que motiva os preconceitos, pois a sociedade não pensa em compreender o indivíduo a partir do que ele realmente é, mas do papel que desempenha no meio social. Além disso, as pessoas costumam entender que a homossexual, ao assumir sua orientação social, infringe uma norma social implícita, que é a de que uma pessoa deve ser heterossexual.

Todavia, é preciso que se entenda a importância de não impor papéis aos outros, mas permitir que cada um defina seu papel, ou seja, escolha o que fazer, moldando cada qual seu papel social. Conforme destaca Charon (2000, p. 69), “é por meio do que fazemos que mostramos como definimos nosso papel”. A criatividade excessiva nesse processo de definição dos papéis pode perturbar a interação com a organização social, mas um certo grau de criatividade é inevitável. Apesar de perturbar essa interação com a organização, entende-se que a homossexual feminina não pode deixar de assumir seu papel, de seguir sua orientação sexual.

Isso integra o processo de formação de identidade social da homossexual feminina. Assumir sua identidade sexual significa assumir uma posição dentro da sociedade. Segundo Charon (2000, p. 72) a identidade situa o indivíduo em relação aos outros: “Você vê quem você é em relação a eles”.

Mas, ao assumir essa identidade é importante levar em conta que as posições são desiguais. Charon (2000) sustenta que é fundamental perceber que classe, sexo e etnia são estruturas sociais com posições, e que podem ter poder a elas vinculadas e graus de prestígio, ou seja, de honra que as pessoas atribuem, na estrutura social, a uma posição. Em geral, os julgamentos que cada qual faz do outro, têm por base a posição. Julga-se o que é verdade, o que se valoriza, com base na posição social ocupada pelo indivíduo.

Todos esses aspectos, relacionados à identidade, posição e estrutura social, que motivam preconceitos e discriminação, necessitam ser conhecidos e trabalhados pelo Assistente Social ao lidar com a questão social da homossexualidade feminina. Deve-se, nesse sentido, ensinar a todos alguma coisa a respeito das diferenças e semelhanças humanas, pois cada um percebe o mundo a partir de suas perspectiva, de sua posição social.

A homossexualidade feminina, enquanto expressão da questão social, é objeto do Serviço Social, sendo que o Assistente Social deve reforçar a permanente articulação política, no intento de assegurar a universalidade no acesso a programas e projetos sociais abertos à comunidade homossexual. Além disso, segundo pontua Iamamoto (2002), o Assistente Social precisa aprender a lidar com a escassez de recursos para operar as políticas e serviços sociais, procurando, ainda assim, implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los.

Em suma, cabe ao profissional de Serviço Social contribuir para a inclusão das homossexuais femininas, intervindo na realidade social em favor desse grupo social, muitas vezes vítima de exclusão e de preconceito, para que obtenha o devido respeito e não seja discriminado em virtude de sua orientação sexual, podendo viver com dignidade em meio a sociedade. Esses são pressupostos básicos de uma sociedade livre e democrática, pautada no ideal da justiça social e da equidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa permitiu observar que, ao longo da história, as mulheres sempre foram discriminadas e consideradas inferiores aos homens. Em virtude disso, passaram a se organizar por meio do movimento feminista para lutar pela igualdade e por outros direitos. O fato de as homossexuais não terem sido aceitas, na época, em meio a comunidade dos homossexuais masculinos, fez com que as mesmas se integrassem ao movimento feminista na luta por seus direitos. A busca era praticamente a mesma: ser reconhecida como cidadã, independentemente de sua orientação sexual; afastar da sociedade o machismo que tanto excluiu a mulher de eventos e do trabalho; buscar mais espaço nessa mesma sociedade que ignorava a mulher e a homossexualidade feminina. Tem-se assim que as homossexuais femininas sofrem discriminação dupla: por serem mulheres e por serem homossexuais. Com base nisso, sempre foram ignoradas na legislação da maior parte dos países até tempos recentes.

As mulheres procuram lutar por sua independência, pelo reconhecimento de sua cidadania, por mais espaço na sociedade, e, devido a isso, sofrem discriminação, preconceito, além de serem ridicularizadas perante o homem. Sendo considerada “inferior” por ser o sexo frágil, foi deixada em segundo plano, pois era criada para servir, para satisfazer as necessidades do homem, anulando suas vontades, desejos e opiniões.

Hodiernamente, a questão da homossexualidade feminina vem ganhando espaço em meio à sociedade, pois, cada vez mais, elas procuram assumir sua orientação sexual diante da família, amigos e sociedade. Passam, assim, a ser percebidas diante da diversidade de indivíduos e formas de vida existentes, muitas das quais fogem daquilo que é determinado como padrão social. E, por divergirem desse padrão social, enfrentam diferentes formas de discriminação e preconceito social, sobretudo, no ambiente de trabalho, sendo que muitas vezes são demitidas em virtude de sua orientação sexual ou, então, necessitam estar constantemente provando sua competência para realizar sua função, como se a orientação sexual fosse prejudicar o trabalho.

Dessa forma, as homossexuais femininas, na atualidade, integram-se aos movimentos sociais gays, como as paradas gays, para lutarem por seus direitos. Constituem-se como um grupo humano que busca seu espaço de convivência em meio à sociedade e busca a aceitação social de sua identidade sexual, por meio da luta por direitos e por políticas públicas que venham ao encontro das necessidades de homossexuais femininas. A base dessa luta é a

própria Constituição Federal de 1988 que coíbe qualquer tipo de discriminação em virtude de orientação sexual, pois todos são iguais perante a lei, garantindo-se a inviolabilidade da liberdade humana.

Todavia, apesar de todos os avanços em relação à aceitação da homossexualidade, que deixou de ser vista, na perspectiva científica, como uma doença, reconhecendo-se que ela se constitui como uma orientação psicológica, que diverge da orientação biológica do sexo, fazendo-se presente desde a infância, a sociedade ainda é impregnada de preconceitos. Por intermédio da realização da pesquisa de campo, pode-se perceber as diversas dificuldades enfrentadas no dia-a-dia pelas homossexuais, em seus grupos familiares, ambiente de trabalho e sociedade em geral que guia suas ações em conformidade com os padrões sociais. Costuma-se julgar o outro em virtude da sua posição e seu papel ocupado na estrutura social e, quando esse papel não se encaixa dentro de determinados padrões, a pessoa torna-se vítima de discriminação.

A homossexualidade feminina constitui-se como uma das formas, entre tantas outras, de expressão da questão social. Enquanto tal é objeto de investigação do Assistente Social e cabe a esse profissional contribuir para a inclusão das homossexuais femininas, intervindo na realidade social em favor desse grupo social, muitas vezes vítima de exclusão e de preconceito, para que obtenha o devido respeito e não seja discriminado em virtude de sua orientação sexual, podendo viver com dignidade em meio à sociedade. Esses são pressupostos básicos de uma sociedade livre e democrática, pautada no ideal da justiça social e da equidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. **Ética da vida**: Brasília: Letra Viva, 1999.

BRASIL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**, de 15 de março de 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em: 19 fev. 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Publicado no D.O.U. de 8.8.2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)> Acesso em: 19 fev. 2007.

BRASIL. **Leio nº 8.742, de 7 de dezembro e 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Dispõe Sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. 2. ed. Brasília: MPAS, 2001.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Programa Brasil sem Homofobia**. Disponível em: <[http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004\\_1\\_3.pdf](http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf)> Acesso em: 30 jun. 2004.

CHARON, Joel M. **Sociologia**. São Paulo: Saraiva, 2000.

COSTA, Jurandir F. **A inocência e o vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DAVI, Edmar Henrique D; RODRIGUES Jane de Fátima S. Os caminhos da homossexualidade: inserção ou exclusão? **Revista Horizonte Científico**, n. 2, v. 2, 2003. ISSN 1808-3064. Disponível em: <<http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/index.html>> Acesso em: 02 mar. 2007.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS. In: UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Caminhos**. Disponível em: <<http://www.caminhos.ufms.br/html/Declara%E7%E3o%20dos%20Direitos%20Sexuais.ppt>> Acesso em: 01 jul. 2006.

DIAS, Maria Berenice. **Conversando sobre homoafetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

FARIA, Rodrigo Pereira. **Paradas e caminhadas da comunidade GLBTT de Florianópolis**: um olhar rasgado sobre a homossexualidade e suas múltiplas facetas. Florianópolis, 2006, 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. O que é homossexualidade? 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991 (Coleção Primeiros Passos).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIV – Grupo de Incentivo à Vida. Disponível em: <<http://www.giv.org.br/noticias2003/0331b.htm>> Acesso em: 01 jul. 2006.

GROSSI, Mirian P. Identidade de gênero e sexualidade. In: **Antropologia em Primeira Mão**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFSC, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistentes Social na atualidade. In **Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão**. Brasília, 2002.

KORMANN, Alessandra. **Programas tentam combater o preconceito contra homossexuais**. Armário X. Disponível em: <[www.armariox.com.br](http://www.armariox.com.br)> Acesso em: 01 ago. 2004.

MAGALHAES, Cândida Moreira. Encardidas (os) da e na história: gênero e ecologia. **Revista Quadrimestral de Serviço Social**, n. 64, p. 78-95, nov. 2000.

MARZANO, Sylvia F. **Homossexualidade feminina**. In: CEDES – Centro de Orientação e Desenvolvimento da Sexualidade. Disponível em: <<http://www.isexp.com.br/si/site/4060?idioma=portugues>> Acesso em: 01 jul. 2006.

MATOS, Alderi Souza de. **A homossexualidade no ocidente: uma perspectiva histórica**. Disponível em: <[http://www.monergismo.com/textos/homossexualismo/homo\\_alderi.htm](http://www.monergismo.com/textos/homossexualismo/homo_alderi.htm)> Acesso em: 02 mar. 2007.

OMS – Organização Mundial de Saúde. In: SEDESE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Esportes. **Sexualidade: uma questão a ser pensada dentro das instituições**. Disponível em: <[http://www.sedese.mg.gov.br/antidrogas/Palestras/Sexualidade\\_%20uma\\_questao\\_pensada.ppt](http://www.sedese.mg.gov.br/antidrogas/Palestras/Sexualidade_%20uma_questao_pensada.ppt)> Acesso em: 02 jul. 2006.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinário. **A nova ética profissional: práxis e princípios**. Florianópolis: UFSC/CFESS, 1996.

PINSKI, Carla; PEDRO, Joana Maria. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PORTINARI, Denise. **O discurso da homossexualidade feminina** São Paulo: Brasiliense, 1989.

SEL, Teresa Adada. **Identidade homossexual e normas sociais: histórias de vida**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

STOLLER, Robert J. **Masculinidade e feminilidade: apresentações do gênero**. Porto alegre: Artes Médicas, 1993.

TREVISAN, João Sivério. **Por que celebrar o orgulho gay?** Disponível em: <[http://gonline.uol.com.br/site/arquivos/estatico/gnews/gnews\\_noticia\\_16211.htm](http://gonline.uol.com.br/site/arquivos/estatico/gnews/gnews_noticia_16211.htm)> Acesso em: 29 jun. 2004.

## ANEXO

### ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Fale sobre sua infância! Recordações, brincadeiras, contatos com meninos e meninas e com que idade você percebeu atração pelo mesmo sexo? Foi uma opção ou descoberta?

Como foi o processo de auto-aceitação (assumir) da sua homossexualidade?

Como é a relação com sua família, a aceitação por parte da mesma em relação à sua homossexualidade?

Como é a relação com seus amigos? Quem foi a primeira pessoa a saber de sua homossexualidade?

E a sociedade? Como ela vê as pessoas homossexuais femininas?

Quais são os preconceitos que são atribuídos pela sociedade, às homossexuais femininas?

Qual seu maior medo?

Qual a maior dificuldade que passou, antes e depois de se assumir?

O que pensa a respeito locais GLS?

Em relação à terminologia, qual a expressão mais adequada: opção sexual, orientação sexual ou condição sexual? Por que?

Como você prefere ser chamada: lésbica ou homossexual?

Que tipos de lutas em relação à conquista de direitos, as homossexuais femininas estão travando, atualmente?

Existe alguma política pública que venha ao encontro dos interesses das homossexuais femininas? Quais?

O que tem sido feito, em nível de sociedade para acabar com o preconceito e a discriminação em relação à homossexualidade feminina?

Você acha que as “Paradas gays” ou de GLBTS, tem despertado maior conscientização da sociedade em relação à aceitação da homossexualidade?

Você acha que as “Paradas gays” têm facilitado as pessoas a assumirem a sua identidade homossexual?

Idade atual

Natural de que cidade? Motivo da mudança?

Trabalha? Em que ramo?

Mora sozinha?